

Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro Socioeconômico  
Departamento de Economia e Relações Internacionais  
Curso de Graduação em Ciências Econômicas

ARLAND TÁSSIO DE BRUCHARD COSTA  
A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil (2003-2013)

Florianópolis, 2013

ARLAND TÁSSIO DE BRUCHARD COSTA

A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL (2003-2013)

Monografia apresentada ao Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei

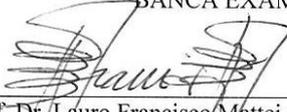
Florianópolis, 2013

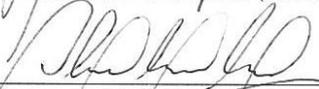
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

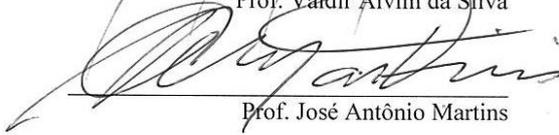
A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10 ao aluno Arland Tássio de Bruchard Costa na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Florianópolis, 15 de Julho de 2013.

BANCA EXAMINADORA

  
Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei (Orientador)

  
Prof. Valdir Alvim da Silva

  
Prof. José Antônio Martins

*À memória do meu irmão e maior incentivador, Hiran Costa Verges.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por todo o apoio e pelo carinho que demonstraram por mim. Aos meus irmãos – entre os quais incluo o João Carlos – por quem, embora não deixe suficientemente claro, mantenho profunda admiração. Aos meus pais pela formação cultural ampla à qual tive acesso e à autonomia para tomar minhas decisões. Sou grato pela possibilidade de frequentar bons colégios, estudar diversas línguas, instrumentos musicais, viajar por diferentes países, praticar variados esportes e me dedicar quase exclusivamente à universidade nestes 5 anos e meio. Eu não poderia pedir mais.

À Maman, avó simples e “querrrida” que, além de financiar meus estudos no ensino fundamental e médio, me possibilitou realizar um intercâmbio aos 16 anos. Ainda adolescente, conheci a França e suas contradições, desde os aspectos mais tradicionais “de la Touraine”, da confortável vida “au seizième arrondissement” até a convivência com as mais diferentes culturas. Por um lado, a disciplina oriental de meus colegas asiáticos. Por outro, a rigidez da cultura saudita e a rebeldia dos imigrantes “magrebbien”, legais e ilegais, que me acolheram de coração aberto e com quem estabeleci sinceros vínculos de amizade. Agradeço aos meus companheiros Nicolas e Mickaël pelo acolhimento. Ao meu mestre de capoeira BachirChérif, argelino ortodoxo, disciplinado e lutador, que me apresentou a riqueza da cultura árabe e é um grande exemplo para mim. Além do aprendizado de uma nova língua, esta viagem foi certamente a experiência cultural mais intensa que tive.

Aos meus amigos da To Doido, de quem infelizmente me afastei devido ao envolvimento com os estudos e a política. Ainda assim, guardo uma gratidão enorme e a certeza de que não poderia ter tido mais sorte em relação às pessoas com quem cresci e amadureci. São amizades de mais de 15 anos que levarei para o resto da vida.

À República do Manaceia, onde passei a morar após a confirmação da mudança do meu pai para o Ceará. Aqui, onde escrevo minha monografia, aprendi a conviver coletivamente e estabeleci importantes laços de amizade com Vitão, Namir, Betinho e Bozo, camarada que me acompanha de perto há 5 anos, com quem compartilhei momentos de militância, diversão, dor, estudos e, principalmente, a mais sincera e cúmplice amizade.

Aos professores sérios deste departamento, que não se rendem à mediocridade que domina nosso curso e sempre lutaram por mudanças. Em especial, ao Lauro que é também meu orientador e ao Nildo que, embora não tenha diretamente participado desta monografia,

me apresentou a Teoria Marxista da Dependência e tem evidente influência teórica sobre este trabalho.

Àqueles com quem militei no CALE e no DCE – Capivari, Ceará, Dió, Elder, Samuca, Tito, Pinguim, Tai, Renato, Belinha, Josuca, Ellen, Bozinho, Sara, Marino e tantos outros – por alimentarem em mim o gosto pela política e a convicção na construção de uma universidade necessária ao povo brasileiro, através da descolonização do saber e da produção de conhecimento comprometido com as mudanças urgentes em nosso país. É apenas neste contexto que esta monografia tem sentido.

Àqueles com quem passei horas discutindo economia e política, seja em reuniões de estudo, em espaços do movimento estudantil, em cafés ou em mesas de bar. Foram fundamentais nestes anos de universidade e, sem sombra de dúvidas, muito mais importantes do que as monótonas e intermináveis aulas que tive. Ao Viet por ser praticamente meu segundo orientador, ao Maicon pelo auxílio na reta final e à Tamara por me auxiliar na obtenção de diversos dados utilizados neste trabalho. Embora estes existam em larga escala no Brasil, são praticamente inacessíveis a meros mortais, chegando ao absurdo de estarem, por alguma razão incompreensível, protegidos por senhas.

Aos meus camaradas das Brigadas Populares. Transformaram minha rebeldia e anseio de mudança, típicas da juventude, em convicção revolucionária. Me ensinaram na prática como se constrói um companheiro, no sentido mais amplo que esta palavra tem. Estarei sempre ao lado destes que se dedicam de corpo e alma à edificação da segunda e definitiva independência de nosso país, anti-imperialista e socialista.

*Se o operário soubesse  
Reconhecer o valor que tem seu dia  
Por certo que valeria  
Duas vezes mais o seu salário*

*Mas como não quer reconhecer  
É ele escravo sem ser  
De qualquer usurário*

*Abafa-se a voz do oprimido  
Com a dor e o gemido  
Não se pode desabafar*

*Trabalho feito por minha mão  
Só encontrei exploração  
Em todo lugar*

(Cartola, O Samba do Operário)

*Porque o sambista não precisa ser membro da academia  
Ao ser natural em sua poesia, o povo lhe faz imortal*

(Candeia, Testamento de Partideiro)

## RESUMO

Este trabalho busca analisar a situação de trabalho e renda da classe trabalhadora brasileira atualmente e as mudanças pelas quais passou desde a chegada do PT ao poder em 2003. Este tema vem sendo amplamente debatido na academia brasileira, sobretudo a partir do crescimento da renda de uma parcela desta classe, apelidada eufemisticamente de “nova classe média”. A pesquisa foi realizada a partir da obra de Marx e da Teoria Marxista da Dependência, em especial da categoria “superexploração da força de trabalho”, formulada por Ruy Mauro Marini. Comprovou-se a vigência da superexploração da força de trabalho no Brasil e o seu abrandamento na última década. Por fim, procurou-se iniciar o debate para identificar as razões do abrandamento e seus limites.

**Palavras-chave:** Superexploração da força de trabalho; Nova Classe Média; Teoria Marxista da Dependência.

## RESUMEN

Este trabajo busca analizar la situación del trabajo y del interés de la clase trabajadora brasileña actualmente y los cambios por los cuales ha pasado desde la llegada del PT al poder en 2003. Este tema ha sido ampliamente debatido en la academia brasileña, sobre todo a partir del crecimiento del interés de una parcela de esa clase, llamada eufemísticamente de “nueva clase media”. La investigación fue realizada a partir de la obra de Marx y de la Teoría Marxista de la Dependencia, en especial de la categoría “superexplotación de la fuerza de trabajo” formulada por Ruy Mauro Marini. Ha sido comprobada la vigencia de la superexplotación de la fuerza de trabajo en Brasil y su ablandamiento en la última década. Por fin, se ha buscado empezar el debate para identificar las razones del ablandamiento y sus límites.

**Palabras clave:** Superexplotación de la fuerza de trabajo; Nueva Clase Media; Teoría Marxista de la dependencia.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Razão entre Salário Mínimo e Salário Necessário (média anual), em porcentagem.....	50
Gráfico 02 - Média anual do Salário Mínimo no município de São Paulo em R\$ de dez. 2012 .....	51
Gráfico 03 - Saldo Líquido de Empregos Formais no Brasil entre 2003-2012 por Faixa de Salário.....	57
Gráfico 04 - Preço trimestral, em dólares, de uma tonelada métrica de soja e de minério de ferro, entre 2000 e 2013.....	80

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Quantidade de Homens Trabalhando por um ano para Produzir uma Quantidade Determinada de Vinhos e Tecidos.....	35
Tabela 02 - Quantidade de horas de trabalho necessárias para comprar uma cesta básica em 16 capitais brasileiras, entre 1994-2010. ....	49
Tabela 03 - Valores utilizados nos gráficos A e B. ....	51
Tabela 04 - Total de verbas, em moeda corrente e em reais de 2004, e de Famílias Beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. ....	54
Tabela 05 - Números absolutos e relativos de trabalhadores desocupados e informais.....	56
Tabela 06 - Total de Beneficiados pelo Seguro-Desemprego e Remuneração Média Recebia por sexo, em moeda corrente e em R\$ de 2002. ....	59
Tabela 07 - Tempo de Procura por Emprego em São Paulo, entre 1985 e 2010.....	61
Tabela 08 - Tempo Médio de Permanência no Emprego no Brasil, 2003 e 2009.....	62
Tabela 09 - Jornada Média de Trabalho e Proporção de Assalariados que Cumprem Jornadas .....	62
Tabela 10 - Números Absolutos e Relativos de Ocupados que Cumprem Jornada Superior à Legal no Brasil, em 2002 e 2011.....	63
Tabela 11 –Acidentes de Trabalho por Modalidade no Brasil, 1999-2011.....	65
Tabela 12 – Números Absolutos e Relativos de Acidentes de Trabalho no Brasil, 1999-2011. ....	66
Tabela 13 - Definição das classe econômicas. Renda domiciliar total de todas as fontes. Limites (preços de 2011). ....	68
Tabela 14 - Exportação Brasileira por Fator Agregado, entre 2001 e 2012.....	77
Tabela 15: Total de Exportações, Importações e Saldo Comercial no Brasil. 2000-2011 .....	81

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	13
1.2 OBJETIVOS.....	15
1.2.1 Objetivo Geral .....	15
1.2.2 Objetivos Específicos .....	15
1.3 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO .....	15
1.4 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA.....	18
2 O TRABALHO ASSALARIADO E A LEI DO VALOR .....	20
2.1 O VALOR HISTÓRICO-MORAL DA FORÇA DE TRABALHO .....	23
2.2 AS OSCILAÇÕES DO PREÇO DA FORÇA DE TRBALHO .....	24
2.3 A SUPEREXPLORAÇÃO .....	27
2.3.1 Superexploração e Exploração .....	29
3 A SUPEREXPLORAÇÃO NA AMÉRICA LATINA.....	31
3.1 INTEGRAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL.....	31
3.2 DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, MAIS-VALIA EXTRAORDINÁRIA E TRANSFERÊNCIA DE VALOR .....	34
3.3 IMPERIALISMO E NOVAS FORMAS DE TRANSFERÊNCIA DE VALOR.....	38
3.4 DEPENDÊNCIA E SUPEREXPLORAÇÃO .....	40
4 O FENÔMENO: A SUPEREXPLORAÇÃO NO BRASIL.....	43
4.1 FUNDO DE CONSUMO .....	45
4.1.1 Salário Mínimo .....	45
4.1.2 Bolsa Família.....	52
4.2 EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA.....	54
4.2.1 Desemprego e Subemprego .....	56
4.2.2 Seguro-Desemprego .....	58

4.2.3 Tempo de Procura e Tempo de Permanência no Emprego .....	60
4.3 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO .....	62
4.3.1 A Extensão da Jornada de Trabalho .....	62
4.3.2 A Intensidade do Trabalho .....	63
4.4 A VIGÊNCIA DA SUPEREXPLORAÇÃO NO BRASIL.....	67
4.5 NOVA CLASSE MÉDIA? .....	68
4.6 ABRANDAMENTO DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO .....	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	76
REFERÊNCIAS .....	82

# 1INTRODUÇÃO

## 1.1 TEMA E PROBLEMA

A história da América Latina desde sua incorporação ao comércio mundial a partir do século XVI até os dias de hoje é marcada pelo subdesenvolvimento, fruto da função que cumpriu e cumpre na acumulação de capital. Mais do que a ideologia de que esta é uma região “atrasada” ou não plenamente desenvolvida, a América Latina possui uma conformação histórica qualitativamente diferente dos países capitalistas desenvolvidos que deixou marcas profundas nos diversos países desta região.

As conseqüências do subdesenvolvimento para os povos latino-americanos são nefastas. Passados mais de 5 séculos da “descoberta” desta parte do mundo e diversas tentativas de modernizar a região, as desigualdades sociais seguem sendo evidentes e inegáveis, com a condição de miséria de imensos contingentes populacionais. O Brasil, que com suas particularidades expressa estas contradições, apresenta também dados alarmantes. O salário mínimo vigente neste país, por exemplo, sequer atinge o necessário para a vida de uma família em condições de dignidade.

Diversos intelectuais se dedicaram, com base nas leis de funcionamento do modo de produção capitalista, compreender a maneira específica como a acumulação de capital ocorre na América Latina e quais são os fatores que levaram e ainda levam a maioria da classe trabalhadora nesta região à miséria. Criada na segunda metade do século XX, a Teoria Marxista da Dependência (TMD) foi o marco teórico mais potente de análise das contradições do capitalismo na América Latina, seguindo com rigor os conceitos e, sobretudo, o método marxista. Destaca-se a obra “Dialética da Dependência” de Ruy Mauro Marini, em que o autor caracteriza a apropriação, por parte dos países centrais, de valor produzido na América Latina através de mecanismos do comércio internacional que, posteriormente, assume formas também nas esferas produtiva e financeira. A maneira de compensar estas perdas, fruto da imensa diferença de capacidade produtiva entre os países no comércio internacional é a exploração intensiva da mão-de-obra dos trabalhadores, através do rebaixamento dos salários e de precarização das condições de trabalho.

No caminho contrário, vive-se no Brasil um momento de grande otimismo. Após mais de duas décadas como principal instrumento político da classe trabalhadora contra governos que impunham, de formas diversas, rebaixamento salarial e piores condições

de trabalho, o Partido dos Trabalhadores (PT) chega à Presidência da República em 2003. Passados dez anos, o PT sustenta um Governo altamente contraditório. Governistas, a oposição à esquerda e à direita concordam – embora com avaliações diversas – que este partido deixou de ser uma ameaça para a burguesia brasileira e ganhou sua confiança na medida em que foi alterando seu programa para o país. Manteve-se basicamente a estrutura econômica herdada do PSDB, baseada no “sagrado” tripé econômico: superávit primário, câmbio flutuante e metas de inflação. Nas palavras de Aloízio Mercadante Oliva, importante líder do PT e atual Ministro da Educação: “Na “Carta ao Povo Brasileiro”, lançada em julho de 2002, abdicávamos publicamente de uma estratégia de ruptura e assumíamos o compromisso com uma transição progressiva e pactuada para o novo modelo de desenvolvimento” (Oliva, 2010, p.3).

Abdicar de uma estratégia de ruptura significou para o PT não tocar em nenhuma questão fundamental que marca o subdesenvolvimento brasileiro, estrutura que condena milhões de trabalhadores à miséria.

Ao mesmo tempo, goza de imenso prestígio entre os trabalhadores brasileiros, desde os sindicalizados até a imensa massa da população que, no campo e na cidade, sofre com o desemprego, o subemprego e péssimas condições de trabalho e renda. Retoricamente, o PT sustenta que, embora seja um Governo tão responsável estável quanto o anterior, é detentor de uma “visão social” que, mesmo sem a realização de nenhuma mudança estrutural, torna-lhe capaz de desenvolver o capitalismo no Brasil reduzindo os impactos devastadores que o subdesenvolvimento tem na vida dos trabalhadores.

Nesta conjuntura, é fundamental estudar em que consiste concretamente a retórica governista no cotidiano da classe trabalhadora. As condições de renda e trabalho da classe trabalhadora brasileira realmente melhoraram? Estaríamos, portanto, diante de um “novo modelo” de desenvolvimento que logra, abdicando de rupturas, superar as nefastas conseqüências que o capitalismo dependente reserva à imensa maioria da população brasileira?

Estes são os temas que esta monografia pretende abordar, como contribuição para o estudo da complexa realidade brasileira na atualidade.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo deste trabalho é, a partir da Teoria Marxista da Dependência, comprovar a vigência estrutural da superexploração da força de trabalho no Brasil e, a partir deste pressuposto, analisar as mudanças ocorridas a partir de 2003 nas condições de trabalho e de renda da classe trabalhadora brasileira.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- i. Realizar uma revisão bibliográfica das leis de funcionamento do capitalismo com base em Marx.
- ii. Resgatar teoricamente a Teoria Marxista da Dependência, em especial o conceito de superexploração da força de trabalho.
- iii. Comprovar, a partir de dados empíricos, a superexploração da força de trabalho como estrutural no Brasil, demonstrando, porém, o abrandamento da superexploração no Brasil na última década.
- iv. Sintetizar alguns elementos sobre as razões que permitiram o abrandamento da superexploração no Brasil, destacando seus limites.

## 1.3 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

Uma pesquisa que tem como objeto a apropriação do produto social por uma determinada classe social deve partir da compreensão da forma como no capitalismo os homens produzem e reproduzem socialmente sua vida e como as diferentes classes se apropriam da produção social. Trata-se de um modo de produção específico, distinto dos anteriores, fruto da ação coletiva dos homens e com uma dinâmica de funcionamento própria. O estudo deve partir de um método científico capaz de indicar as relações fundamentais de produção e apropriação vigentes em nossa sociedade. O debate sobre o método nas ciências sociais é fruto de enormes discussões, que são impossíveis de se reproduzir nesta monografia. Apenas iniciaremos o debate a partir do

referencial marxista de crítica ao método da Economia Política para justificar a utilização do método histórico-dialético de análise.

O estudo do capitalismo não pode partir de pressupostos como os de Ricardo ou Smith – principais autores da Economia Política – que iniciam suas obras com simplificações de homens com produção baseadas em pequenas atividades de pesca e caça e iniciam suas trocas a partir desta relação – sem qualquer semelhança com o capitalismo – para compreender as relações capitalistas de produção e apropriação de riqueza. É por isso que Marx, em *Para a Crítica da Economia Política*, afirma “O objeto deste estudo é, em primeiro lugar, a produção material. Indivíduos produzindo em sociedade, portanto a produção dos indivíduos determinada socialmente, é por certo o ponto de partida”. (MARX, 1982, p. 03)

Ainda na crítica à Economia Política, Marx defende que “Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva: assim, em Economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isto é falso. A população é uma abstração, se desprezamos, por exemplo, as classes que a compõem” (MARX, 1982, p. 14) sendo o caminho correto identificar as classes e as relações que estabelecem entre si como, no capitalismo, o trabalho assalariado, o capital, divisão de trabalho, preços etc. para então “fazer a viagem de volta, até dar de novo com a população, mas desta vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas”.

O método marxista de análise científica consiste em identificar, dentre o conjunto de relações sociais que aparecem aos olhos como uma realidade caótica, a essência de funcionamento, buscar suas determinações fundamentais. Totalidade que aparece aqui não como conjunto de todos os fatos – o que seria uma grande arrogância por parte de qualquer pesquisador –, mas como “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido”. (KOSIK, 1969, p. 35).

Ainda segundo Kosik, “O mundo da pseudoconcreticidade<sup>1</sup> é um claro-escuro de verdade e engano. [...] O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde.

---

<sup>1</sup> “O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes,

[...] A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é.” (KOSIK, 1969, p. 11), ou seja, “O fenômeno não é, portanto, outra coisa senão aquilo que – diferentemente da essência oculta – se manifesta imediatamente, primeiro e com maior frequência”, sendo necessário ao homem realizar um *détour* para identificar a essência e os instrumentos para tal tarefa são: i) a abstração; ii) elevar-se do abstrato ao concreto pensado, entendido como totalidade, síntese de múltiplas determinações.

É por esta razão que, em “O Capital”, Marx não parte de supostas sociedades primitivas que contém relações capitalistas de produção simplificadas, mas da relação social mais simples do capitalismo: a mercadoria. Logo no primeiro parágrafo do livro, Marx afirma: “A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em uma ‘imensa acumulação de mercadorias’, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar da riqueza. Por isso, nossa investigação começa com a análise da mercadoria” (MARX, 2012, p. 57). A partir disso, Marx trabalha as relações sociais de produção das mercadorias, a divisão da sociedade em classes antagônicas, as formas de apropriação de riqueza por estas diferentes classes, as formas de governo e leis necessárias para a acumulação de riquezas no capitalismo, traçando um cenário totalizante. Possibilita, desta forma, a compreensão das leis gerais de funcionamento da sociedade capitalista.

Partindo destas determinações abstratas é que foi possível aos autores da Teoria Marxista da Dependência estudar a dinâmica própria de uma conformação histórica específica do capitalismo – a dependência – e traçar suas determinações próprias que a possibilitam jogar um papel qualitativamente distinto dos países desenvolvidos na acumulação mundial de capital. Ou seja, tendo como pressuposto a totalidade do sistema capitalista – a acumulação de capital em escala mundial – é necessário compreender as formas como as leis do capitalismo se aplicam na América Latina, em um grau de abstração inferior ao utilizado por Marx.

Para atender aos objetivos deste trabalho, será necessário que a pesquisa caminhe em duas direções complementares. Em primeiro lugar, a revisão bibliográfica das leis de funcionamento e as relações sociais fundamentais do capitalismo a partir de Marx e de sua obra, principalmente de: O Capital. Além disso, faremos uma revisão teórica das especificidades do capitalismo na América Latina, em especial as

---

assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da **pseudoconcreticidade**”. (KOSIK, 1969, p. 11, grifos meus).

consequências que ele apresenta para a classe trabalhadora nesta região. A base teórica para tal tarefa será a corrente que manteve com maior rigor metodológico e conceitual a ortodoxia marxista na interpretação das especificidades do capitalismo na América Latina – a Teoria Marxista da Dependência. Trabalharemos, sobretudo, o conceito de superexploração da força de trabalho para explicar a miséria à qual estão submetidas grandes massas trabalhadoras da América Latina para compreender a tendência histórica à cisão entre as esferas da produção e da circulação que leva à compressão da capacidade de consumo dos trabalhadores na América Latina e, portanto, no Brasil.

Em segundo lugar, para a análise concreta da realidade brasileira atual, em particular as condições de trabalho e renda da classe trabalhadora, será preciso realizar uma pesquisa empírica baseada na análise de dados e gráficos.

Por fim, utilizaremos livros, artigos, teses e dissertações que analisem o tema da superexploração da força de trabalho em momentos concretos da história latinoamericana até a atualidade.

#### 1.4 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA

Este trabalho está organizado em cinco capítulos, contando com este, que tem a função de apresentar a totalidade da monografia. Nos capítulos seguintes, a exposição será realizada desde o nível de abstração elevado até o mais concreto.

O segundo capítulo apresenta a revisão bibliográfica da obra de Marx e das leis de funcionamento do modo de produção capitalista e seus conceitos correspondentes: trabalho assalariado, lei do valor e a exploração da força de trabalho. Além disso, será debatido o conceito de superexploração da força de trabalho, que será fundamental para as discussões capítulos posteriores. O objetivo deste capítulo é definir o marco teórico que baseará o restante do trabalho. Em especial, a forma como a riqueza é produzida e apropriada no capitalismo

O terceiro capítulo corresponde a um nível inferior de análise, em que a revisão teórica será feita para recuperar a forma como a América Latina se insere no mercado mundial, a função que cumpriu e sua principal consequência interna: a superexploração da força de trabalho como fator estrutural e permanente desta região. Ou seja, trata-se do estudo de uma conformação histórica particular e da maneira específica como as leis do capitalismo se manifestam nesta região.

O quarto capítulo corresponde ao nível concreto de análise ou, em outras palavras, à avaliação empírica – a partir de dados – da vigência dos pressupostos teóricos dos capítulos anteriores, sobretudo da superexploração da força de trabalho no Brasil. Além disso, serão apresentadas de maneira crítica as teses de que surge no Brasil uma “nova classe média” (NERI, 2011) e de que a superexploração se intensificou no Brasil (LUCE, 2012, 2013a, 2013b), demonstrando como o que ocorreu foi exatamente o inverso: abrandamento da superexploração da força de trabalho.

No quinto capítulo serão debatidas, brevemente, as razões e limites do abrandamento da força de trabalho no Brasil. Alguns elementos conjunturais que possibilitaram este fato e seus possíveis pontos de esgotamento serão utilizados com o intuito de estabelecer temas fundamentais a serem aprofundados futuramente.

## 20 TRABALHO ASSALARIADO E A LEI DO VALOR

O capitalismo diferencia-se de todos os modos de produção anteriores por uma característica fundamental, que altera as relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza. Trata-se da separação entre do trabalhador e os meios de produção (terras, máquinas, ferramentas etc). A partir deste fato a sociedade divide-se em duas classes opostas e antagônicas: os possuidores dos meios de produção (burgueses) e os não-possuidores (proletários ou trabalhadores). Os não-possuidores têm como única alternativa para produzir e reproduzir sua existência a venda de sua força de trabalho aos possuidores dos meios de produção.<sup>2</sup>

A decorrência da separação de trabalhadores e meios de produção é a transformação da força de trabalho em mercadoria. O capitalista compra uma quantidade determinada horas de trabalho dos vendedores de força de trabalho e dispõe de sua capacidade produtiva neste período.

O capitalista não é dono do trabalhador, e sim comprador de uma parcela de seu dia, dispondo, portanto, de horas de trabalho em troca de um pagamento em moeda adiantado pelo próprio capitalista. A venda desta mercadoria é a única forma que os não-possuidores de meios de produção têm de comprar os produtos que necessitam para sobreviver. A precariedade das condições de trabalho, o esgotamento da força física do trabalhador, seu adoecimento ou sua morte precoce não constituem *a priori* um problema para o capitalista, desde que possa comprar a força de trabalho de qualquer outro trabalhador e seguir normalmente o processo produtivo.

Toda a mercadoria possui necessariamente duas características: a) qualitativa, que significa possuir valor-de-uso, alguma qualidade útil para os homens que a diferencia qualitativamente de outras mercadorias; b) ser fruto do trabalho humano, substância do valor de uma mercadoria. É a quantidade de horas socialmente necessárias para a produção de uma mercadoria que determina a quantidade de valor materializada nela. É a partir da quantidade de trabalho humano determinada socialmente contida nas mercadorias que se realizam as trocas entre elas. Muito embora

---

<sup>2</sup>Pelos limites deste trabalho, a transição para o capitalismo e para o trabalho assalariado não será aprofundada. Ainda assim, é importante ressaltar que o processo de separação dos trabalhadores e dos meios de produção não ocorre de forma natural e pacífica. Envolve a expulsão violenta de camponeses de suas terras e um período de alta repressão para disciplinar os trabalhadores à nova rotina. No capítulo 'A Chamada Acumulação Primitiva' (XXIV) do primeiro livro de O Capital, Marx trabalha detalhadamente a importância desta acumulação que é, ao mesmo tempo, pré-capitalista e o ponto de partida deste modo de produção. Além disso, descreve a forma como este fenômeno ocorreu na Inglaterra.

os preços relativos das mercadorias possam variar repentinamente por razões provenientes de mudanças na oferta ou na demanda, é em relação ao valor, à quantidade de trabalho contida na mercadoria, que estes preços relativos variam. O trabalho é a substância do valor e sua quantidade é medida em tempo de trabalho.

A produção de mercadorias no sistema capitalista acontece a partir do adiantamento de capital variável (pagamento ao trabalhador) e capital constante (pagamento do restante necessário à produção, como matérias-primas e máquinas) por parte do capitalista, que resulta em um montante de mercadorias com uma qualidade específica e, o importante para o capitalista, uma quantidade de valor cristalizada que será trocada no mercado por capital-dinheiro para o reinício da acumulação em escala superior. Para o capitalista, pouco importa se a produção é de roupas, de máquinas ou de alimentos. Importa é que ao final da produção ele consiga vender estas mercadorias para repor o capital adiantado no início da produção e que ainda adquira um excedente para consumo próprio e reinvestimento em um processo produtivo em escala maior. Mas onde surge este excedente?

Com a separação do trabalhador de seus meios de produção, o capitalista não paga em dinheiro para o trabalhador o correspondente à quantidade de horas trabalhadas. Por isso, não faz sentido procurar o valor do trabalho, o trabalho é a própria substância valor. Uma jornada de 8 horas vale exatamente 8 horas de trabalho. A economia política clássica caiu nesta armadilha tautológica e foi Marx deu uma resposta correta à questão. A definição da força de trabalho como mercadoria – a única que o trabalhador dispõe para vender – soluciona o problema, restando identificar quanto vale esta mercadoria em relação às outras.

O valor da força de trabalho, bem como de toda a mercadoria, é a quantidade de horas necessária para produzi-la. Ora, se o valor de um sapato é a quantidade de horas despendidas em sua produção, o valor da força de trabalho corresponde ao necessário para que o trabalhador possa repor suas energias para trabalhar no dia seguinte e produzir a vida de sua família para garantir uma nova geração de trabalhadores. Se, por exemplo, em determinado período histórico em determinado país for necessário duas horas de trabalho diário para garantir o total de produtos necessário para a reprodução da força de trabalho este será exatamente o valor da força de trabalho.

Se, além de adiantar capital variável correspondente a duas horas de trabalho, o capitalista adiantar também o correspondente a mais duas horas de trabalho para o adiantamento do capital constante e a jornada de trabalho for de 8 horas diárias, as

outras 4 horas trabalhadas correspondem ao excedente da produção, mais-valia. Este excedente gerado na produção de mercadorias pode ser apropriado pelo capitalista na forma de lucro, pago ao Governo na forma de imposto, na forma de renda aos proprietários de terra ou juros aos capitalistas do setor financeiro. De toda a forma, é no processo de produção de mercadorias que este excedente é criado.

Revela-se, portanto, a particularidade da força de trabalho: seu valor-de-uso é a criação de valor, quantificado pela quantidade de horas de sua jornada de trabalho. É a única mercadoria capaz de produzir valor e, o mais importante, uma quantia de valor superior àquela pela qual foi comprada e é daí que surge o excedente que se apropria o capitalista. Marx define por exploração da força de trabalho o pagamento correspondente, em horas de trabalho, a uma quantidade menor do que o total trabalhado e o grau de exploração como taxa de mais-valia, em suas palavras “A taxa de mais-valia, embora seja a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho, não exprime, entretanto, a magnitude absoluta dessa exploração” (MARX, 2012, p. 254, grifos meus).

O grau de exploração da força de trabalho, ou a taxa de mais-valia, varia de acordo com a proporção da quantidade de horas trabalhadas apropriadas pelo capitalista e os trabalhadores (razão entre Mais-Valia e Capital Variável). Para o cálculo do grau de exploração, ou da taxa de mais-valia não é considerado o capital constante adiantado pelo capitalista, já que é apenas o capital variável que produz valor e, portanto, excedente. Entretanto, para calcular a taxa de lucro, que é o que busca o capitalista individualmente, é necessário incluir todo o capital adiantado e ainda subtrair as outras formas de apropriação de excedente citadas anteriormente.

O grau de exploração pode ser alterado de diversas formas, que podem ser divididas em duas categorias: Mais-Valia Absoluta e Mais-Valia Relativa.

O primeiro caso, a Mais-Valia Absoluta, diz respeito ao total de horas apropriadas pelo capitalista sem alteração no preço da força de trabalho. Há duas formas principais de o capitalista buscar esta forma de exploração: rebaixamento do salário, diminuindo em termos absolutos a parcela da produção pertencente aos trabalhadores e, portanto, ampliando a sua própria. A segunda forma é o prolongamento da jornada de trabalho, de tal forma que, ainda que continue pagando o mesmo ao trabalhador, o tempo de trabalho não-pago se amplie.

A Mais-Valia Relativa constitui a principal forma de ampliar a quantidade de horas apropriadas pelo capitalista e é exercida a partir da redução do valor das

mercadorias necessárias para a reprodução da força de trabalho. O aumento da produtividade ou intensidade do trabalho corresponde à elevação mais-valia relativa se ocorrer nos setores que produzem bens que conformam a cesta básica de consumo do trabalhador (bens-salário) ou que produzam capital constante destinado a estes setores. Tornam-se necessárias menos horas de trabalho para a produção dos bens que constituem o salário, diminuindo o valor da força de trabalho. Ou seja: ainda que o trabalhador continue recebendo um salário igual, podendo comprar a mesma quantidade de valores-de-uso, a quantidade de horas trabalhadas necessárias para pagar a força de trabalho diminui. Aumenta, portanto, a quantidade de horas apropriadas pelo capitalista.

## 2.1 O VALOR HISTÓRICO-MORAL DA FORÇA DE TRABALHO

Jaime Osorio faz uma importante observação em relação ao valor da força de trabalho que dá precisão ao conceito:

Na análise feita por Marx sobre o valor da força de trabalho, encontram-se presentes duas dimensões: de um lado, o valor diário, de outro, o valor total. Este último considera o tempo total de vida útil do trabalhador ou o total de dias que o possuidor da força de trabalho pode vender a sua mercadoria no mercado em boas condições, além dos anos em que não participará na produção (ou os anos de aposentadoria).

[...]

Então, o valor diário da força de trabalho deve ser calculado considerando um determinado tempo de vida útil dos trabalhadores e de vida média total, de acordo com as condições existentes na época.(OSORIO, 2009, p. 176)

A definição do valor da força de trabalho como o necessário para a reprodução da vida do trabalhador e de sua família – durante o tempo em que o trabalhador está apto para trabalhar até sua aposentadoria – é correta. Em termos concretos

As próprias necessidades naturais de alimentação, roupa, aquecimento, habitação etc. variam de acordo com as condições climáticas e de outra natureza de cada país. Demais, a extensão das chamadas necessidades imprescindíveis e o modo de satisfazê-las são produtos históricos e dependem, por isso, de diversos fatores, em grande parte do grau de civilização de um país e, particularmente, das condições em que se formou a classe dos trabalhadores livres, com seus hábitos e exigências peculiares. Um elemento histórico e moral entra na determinação do valor da força de trabalho, o que a distingue das outras mercadorias. Mas, para um país determinado, num período determinado, é dada a

quantidade média dos meios de subsistência necessários(MARX, 2012, p.201).

Ou seja, o total de valores-de-uso necessários – e, portanto, o valor da força de trabalho – varia de acordo com a formação histórica e moral de determinada sociedade em um determinado período histórico. Por exemplo, não faz sentido incluir a folha de coca na cesta de bens necessários para a reprodução da força de trabalho no Brasil em 2013, muito embora seja necessário incluí-la como consumo necessário para os trabalhadores bolivianos. Além disso, com o desenvolvimento das forças produtivas, novos produtos, que antes não existiam ou eram de consumo restrito da burguesia, podem tornar-se necessários para a classe trabalhadora. Luce (2013a, p.183) é preciso ao exemplificar a máquina de lavar como um valor-de-uso que nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil era restrito à burguesia e camadas médias e que atualmente é uma necessidade da sociabilidade capitalista neste país e faz parte, portanto, da cesta de bens de consumo necessários para a classe trabalhadora.

Além da remuneração da força de trabalho, a extensão da jornada de trabalho e da intensidade normais são definidas também historicamente, uma vez que aumentam o desgaste do trabalhador e consomem suas forças físicas e psíquicas.

A força de trabalho possui, portanto, características morais e históricas que a diferenciam das outras mercadorias e dificultam o cálculo exato de seu valor em termos monetários. É possível separar metodologicamente, conforme Mathias Luce (2013a, p.172), o valor da força de trabalho em duas partes: a) fundo de consumo do trabalhador, que corresponde ao consumo mínimo necessário para sua reprodução em condições normais; b) fundo de vida do trabalhador, que corresponde às condições que o trabalhador tem de desgaste da sua força física e psíquica. Inclui a extensão da jornada de trabalho, intensidade e condições de trabalho.

O valor da força de trabalho é aquele capaz de remunerar o trabalhador de acordo com as necessidades histórico-morais de consumo, em condições de trabalho e desgaste normais.

## 2.2 AS OSCILAÇÕES DO PREÇO DA FORÇA DE TRABALHO

Embora em um grau elevado de abstração seja possível pressupor a troca de mercadorias por seu valor, em termos concretos o preço relativo sofre oscilações

constantes provenientes de diversos fatores como, por exemplo, de variações na oferta ou na demanda da mercadoria, e para a força de trabalho ocorre o mesmo. Se há um enorme contingente de trabalhadores desempregados, por exemplo, há pressão para o rebaixamento dos salários.

Outra especificidade da força de trabalho torna complexa a definição do salário pago ao trabalhador. Se, por exemplo, um capitalista que investe no subsetor de produção de móveis, e julga que o preço está baixo (e, portanto, seu lucro abaixo do normal), ele pode simplesmente mudar de ramo para qualquer outro em que as mercadorias que irá vender ao final do processo produtivo sejam pagas por uma quantidade de moeda igual ou superior ao seu valor. Já o trabalhador não tem essa possibilidade, ou vende sua força de trabalho – ainda que por um preço inferior ao seu valor histórico-moral – ou não terá capacidade de manter-se vivo. É por isso que a força de trabalho pode ser, por período indeterminado, comprada por um preço abaixo do correspondente a seu valor.

Pelo mesmo motivo é que a classe trabalhadora se organiza para lutar não apenas por seu salário diretamente com o capitalista individual, mas também para criar um complexo de leis que garanta que receba o mínimo necessário para viver, como leis de salário mínimo, seguro-desemprego, 13º terceiro salário, remuneração adicional para trabalhos em condição de insalubridade e previdência social. Da mesma forma funciona para o estabelecimento de jornada de trabalho ou estabelecimento mínimo de condições de trabalho, como equipamentos de proteção ou limite de tempo para esforços repetitivos que desgastam a força física do trabalhador. Este controle das trocas através de legislação é comum para todas as mercadorias, como, por exemplo, a garantia de preços mínimos para produtos agrícolas ou o controle alfandegário para proteger determinados setores produtivos nacionais. Entretanto, para a compra da força de trabalho este controle é mais comum e complexo.

O salário e outras formas de apropriação do produto social por parte dos trabalhadores só podem ser definidos, portanto, a partir da colisão de interesses contraditórios que pressionam o preço da força de trabalho à elevação ou ao rebaixamento em relação ao seu valor. É a partir da luta entre as classes sociais que se define a repartição do produto social, sendo o valor da força de trabalho que delimita o campo de atuação nesta disputa. Segundo Osorio, “En definitiva, no es la lucha de clases la que determina el valor, sino que es éste el que define el eje en torno al cual se desarrollará la lucha de clases.” (OSORIO, 2004, p.94)

Por um lado, os trabalhadores lutam por melhores salários e melhores condições de vida, de outro lado os capitalistas buscam contratar trabalhadores pelo menor salário possível, para diminuir seus custos com contratação de força de trabalho e elevar a taxa de lucro.

Entretanto, mesmo em um patamar elevado de abstração, há outro elemento econômico que, no interior da classe capitalista, pode pressionar uma elevação salarial. Para realizar a produção e obter lucro os capitalistas necessitam de consumidores que comprem os valores de uso produzidos. Por um lado, o consumo pode ser proveniente de Mais-Valia não-acumulada (ou seja, que não foi reinvestida na produção). Esta parcela corresponde ao consumo dos capitalistas e incluem bens que não são consumidos pela grande massa de trabalhadores (estes produtos são produzidos pelo subsetor IIb da economia, segundo metodologia de Marini). Por outro lado, há também o consumo proveniente do Capital Variável, correspondente aos bens necessários para a reprodução da vida dos trabalhadores (produzidos no subsetor IIa). Ou seja, o setor II é responsável pela produção de objetos comprados diretamente por trabalhadores e capitalistas para consumo (MARINI, 1979a)<sup>3</sup>.

Além disso, o consumo pode ser também proveniente de Mais-Valia reinvestida no próprio processo produtivo, na aquisição de capital constante. É o caso das indústrias voltadas à produção de máquinas e equipamentos. Este setor também pode ser dividido em dois – aquele que produz capital constante para a produção de bens de consumo dos trabalhadores (Setor Ia) ou para consumo dos capitalistas (Ib).

Como, para a realização da produção de IIb (e, portanto Ib, já que este depende do crescimento do subsetor IIb para realizar a sua produção), os capitalistas dependem apenas da capacidade de consumo da própria classe capitalista. Desta forma, estes subsetores pressionam duplamente o salário para baixo. Por um lado, é necessário reduzir ao máximo os custos na contratação de mão-de-obra. Por outro, quanto menor for a fatia do produto social destinada à classe trabalhadora, maior será destinada aos capitalistas e melhores são as condições de realização da produção.

No sentido oposto, para os capitalistas que investem nos subsetores Ia e IIa há uma contradição de interesses. Se por um lado buscam individualmente reduzir o custo da força de trabalho que compram, por outro é necessário que os trabalhadores em seu

---

<sup>3</sup>Os textos de Marini “El Ciclo del Capital en la Economía Dependente”, “Plusvalía Extraordinaria y Acumulación de Capital” e “Las Razones del Neodesarrollismo” serão citados sem a página corresponde porque foram utilizados sites sem numeração.

conjunto possuam capacidade de consumir e, portanto, que seus salários se elevem (para o subsetor Ia este processo ocorre de forma indireta, já que não são os trabalhadores que consomem diretamente a produção). É evidente que esta contradição não se expressa na compra da força de trabalho pelo capitalista individual do setor Ia e IIa, já que estes tentarão, tal qual o restante da classe, pagar o mínimo possível. Entretanto, como setor de classe podem se posicionar a favor da elaboração de leis e regulamentações que garantam melhores condições de consumo para os trabalhadores em seu conjunto.

Ou seja, além de uma luta entre trabalhadores e burgueses, há, no interior da própria burguesia, elementos contraditórios na criação de leis que garantam a capacidade de consumo dos trabalhadores em seu conjunto.

Esta contradição fundamental do capitalismo, em que o trabalhador é, simultaneamente, produtor de toda a riqueza e consumidor de uma parcela dela, se expressará de maneira diferente na periferia e nos países centrais devido à composição diferente das forças produtivas e das classes sociais. É fundamental, portanto, na explicação da diferença salarial entre os diversos países. Em um nível de abstração elevado – pressupondo apenas trabalhadores e capitalistas – é possível identificar elementos contraditórios na determinação. Na complexidade da conformação histórica das classes sociais de cada nação há, além de diferenças do valor histórico-moral da força de trabalho, incontáveis elementos que se expressam nas oscilações salariais e de direitos.

### 2.3 A SUPEREXPLORAÇÃO

O nível de abstração com o qual Marx trabalha em *O Capital* para compreender as leis de funcionamento do capitalismo pressupõe a troca de mercadorias pelo preço correspondente ao seu valor. Embora teoricamente isto seja necessário, concretamente as trocas não seguem este pressuposto teórico. A força de trabalho, tal qual qualquer mercadoria, pode ser trocada por um preço superior ou inferior ao seu valor.

Além do salário, outros fatores dizem respeito ao valor da força de trabalho. Marx dedica um capítulo inteiro do terceiro livro de *O Capital* (capítulo VIII) para tratar do estabelecimento de uma jornada normal de trabalho e as tentativas do capital de ampliá-la, a despeito das condições físicas do trabalhador. Em suas palavras:

[...] em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por trabalho excedente, viola o capital os limites extremos, físicos e morais, da jornada de trabalho. Usurpa o tempo que deve pertencer ao crescimento, ao desenvolvimento e à saúde do corpo. [...] O capital não se preocupa com a duração da vida da força de trabalho. Interessa-lhe exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em atividade.(MARX, 2008, p.306).

Trata, ainda, da possibilidade de jornadas de trabalho mais desgastantes do que os padrões normais de determinada época quando trabalha as condições de trabalho dos trabalhadores ingleses em meados do século XIX. Entre diversos outros exemplos, Marx cita as condições de trabalho em lugar fechado como fator de desgaste adicional do trabalhador. Segundo o autor:

Do mesmo modo, esse trabalho coletivo em massa, em recintos fechados e em condições que não consideram a saúde do trabalhador, destinando-se a facilitar a fabricação do produto, essa concentração maciça no mesmo local de trabalho, é fonte de lucro crescente do capitalista e, além disso, quando não compensada por redução da jornada ou por medidas de precaução adequadas, arruína a vida e a saúde dos trabalhadores.(MARX, 2008, p 125).

Ou seja, ainda que Marx reconheça a possibilidade de pagamento das mercadorias – e, portanto, da força de trabalho – ser inferior ao seu valor, este não era um problema central a ser tratado pelo autor, uma vez que o objetivo de buscar as leis gerais de acumulação capitalista exige um grau de abstração elevado. Segundo Osorio: “los límites que [Marx] se autoimpone por razones de método, a fin de desentrañar la lógica que organiza, articula y reproduce la economía burguesa, lo llevan a no analizar el problema” (OSORIO, 2004, p. 94).

Ruy Mauro Marini, buscando compreender a forma como o capitalismo se expressa na conformação histórica específica dos países dependente (um grau de abstração, portanto, inferior ao de Marx) a partir do método e das categorias marxistas, se debruçou sobre este tema e utilizou um conceito novo: superexploração do trabalho.

A aplicação da superexploração como categoria central para a compreensão do capitalismo nos países da América Latina será tratada no capítulo 3, aqui basta apontar basicamente o significado do conceito e desfazer algumas confusões em relação a ele. É um conceito simples para definir a violação da força de trabalho, ou a compra dela por um preço abaixo do valor histórico-moral. Pode se dar basicamente de duas formas: violação do fundo de consumo do trabalhador ou de seu fundo de vida.

A violação do fundo de consumo do trabalhador corresponde à apropriação, por parte do capitalista, de uma parcela do capital variável na forma de mais-valor, privando o trabalhador de comprar os valores-de-uso necessários para sustentar a si e sua família em condições normais. Pode se dar de duas formas: rebaixamento do salário ou elevação do valor histórico-moral da força de trabalho sem correspondente aumento do salário. Esta segunda forma, variação mais complexa decorrente da primeira, é decorrência da incorporação de novos valores-de-uso na cesta de bens necessários à sociabilidade do trabalhador sem a elevação salarial correspondente (LUCE, 2013a, p. 183).

A apropriação do fundo de vida do trabalhador se dá mediante o aumento da extensão da jornada de trabalho ou intensidade do trabalho além das condições normais, levando ao esgotamento prematuro do trabalhador. Por um lado, a elevação do desgaste do trabalhador eleva o valor da força de trabalho, na medida em que torna necessário o consumo de novos valores-de-uso para compensar o desgaste do trabalhador. Por outro lado, há ampliação no desgaste do trabalhador que simplesmente não podem ser compensados pela elevação do consumo. Luce (2012) descreve de maneira precisa a situação absolutamente precária de trabalhadores da produção de cana de açúcar, que tem perspectiva de apenas 35 anos de idade devido ao desgaste físico e psíquico a que estão submetidos.

### **2.3.1 Superexploração e Exploração**

Embora este tema tenha sido tratado rapidamente no ponto 3.3, este subtópico tem o objetivo de aprofundar o debate e desfazer uma confusão que diversas interpretações do conceito de superexploração cometeram é a impressão de que o prefixo ‘super’ significa ‘mais’, de que um trabalhador superexplorado é mais explorado do que um trabalhador que é apenas explorado e que a taxa de mais-valia é necessariamente superior para seu empregador.

O grau de exploração é medido a partir da divisão do total de horas destinadas à Mais-Valia e o total de horas destinada ao Capital Variável. É inegável, portanto, que o pagamento da força de trabalho por um preço abaixo do seu valor histórico-moral é um dos elementos que o capital se utiliza para ampliação o grau de exploração.

Há, entretanto, outros determinantes no grau de exploração. O principal é, como visto anteriormente, a diminuição do valor histórico-moral da força de trabalho através

do desenvolvimento das forças produtivas dos setores Ia e IIa. Quanto maior for a produtividade na produção dos bens-salário, maior será o grau de exploração do trabalhador, ainda que isso não signifique necessariamente superexploração da força de trabalho.

É possível demonstrar que o trabalhador pode ser menos explorado e, ao mesmo tempo, superexplorado a partir de um exemplo simples. Pressupondo que: a) Em determinado período histórico, no país A sejam necessárias 2 horas para a produção de todos os valores-de-uso necessários ao trabalhador e este seja exatamente o salário; b) Em um país B sejam necessárias 4 horas e o salário corresponda a 3; c) a jornada de trabalho nos dois países corresponda a 8 horas; d) O adiantamento do capital constante seja equivalente a 2 horas nos dois países. A taxa de exploração ( $Mv/Cv$ ) no país A é maior ( $4/2$ ) do que em B ( $3/3$ ), mas é apenas em B que há superexploração.

Esta confusão em relação à superexploração é reforçada na sua própria elaboração e utilização. Marini utiliza este conceito de três formas distintas: a) do trabalho (MARINI, 2005a, p. 154); b) do trabalhador (MARINI, 2005a, p. 162); c) da força de trabalho (MARINI, 1979a). Além disso, refere-se à superexploração como sendo uma “maior exploração da força física do trabalhador”, em contraposição ao desenvolvimento das forças produtivas. (MARINI, 2005a, p. 144).

A superexploração significa, em suas mais variadas formas, pagamento da força de trabalho abaixo do necessário. Neste trabalho, à exceção das citações, será utilizado o conceito de superexploração da força de trabalho porque é esta a forma que expressa de maneira mais precisa o conceito e evita confusões em sua interpretação. Segundo Marcelo Carcanholo:

Conclui-se, assim, que o rigor teórico e metodológico exige utilizar o termo *superexploração da força de trabalho*, uma vez que explorar – no sentido de usar, utilizar, consumir, realizar – aquilo que já é o resultado desta exploração (utilização), o trabalho, não parece fazer muito sentido. (CARCANHOLO, 2013, p. 75).

### 3 A SUPEREXPLORAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

#### 3.1 INTEGRAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL

A inserção da América Latina no mercado mundial assume grande importância na acumulação de capital que possibilitou a Revolução Industrial e a consolidação do modo capitalista de produção. Este capítulo tratará deste tema e de suas conseqüências internas para os países latino-americanos.

No século XVI, os países mais avançados da Europa passam a disputar entre si o controle de diversas partes do mundo, entre elas a América Latina. O objetivo era basicamente mercantil: explorar as terras e o trabalho neste “novo mundo” e expropriar suas riquezas, dependendo, evidentemente, das condições naturais de cada região.

Na incorporação da América Latina ao mercado mundial fica evidente esta política, já que nesta região diversos povos foram dizimados para dar-se início à produção colonial a partir da exploração/produção em larga escala de determinados bens minerais ou agrícolas, encaminhados diretamente às metrópoles colonizadoras.<sup>4</sup>

A imensa quantidade de capital expropriada pelos países europeus cumpriu basicamente duas funções: a) Exportação de bens-salário, possibilitando o rebaixamento dos salários; b) Exportação de matérias-prima, rebaixando os custos com a aquisição de insumos para a produção. Ambas as formas contribuíram para ampliar a taxa de lucro nos países europeus e possibilitaram – através da garantia de abastecimento – a concentração de imensos contingentes populacionais no meio urbano, ou seja: possibilitou a separação dos trabalhadores e dos meios de produção e, conseqüentemente, o regime de trabalho assalariado em larga escala. Em outras palavras, as colônias cumpriram papel fundamental na acumulação de capital necessária para que ocorresse a Revolução Industrial, principalmente no país que reunia as melhores condições para sua realização, a Inglaterra.

Não é ocasional que David Ricardo – principal intelectual da burguesia industrial inglesa do início do século XIX – tenha dedicado uma importante parte de sua obra “Princípios da Economia Política e Tributação” para o estudo do comércio exterior, chegando à seguinte conclusão:

---

<sup>4</sup>São intermináveis os exemplos de exterminação de povos inteiros para a exploração das terras na América Latina voltada à transferência de riquezas para a Europa. Dentre a enorme lista de autores que se dedicaram a este tema, destaca-se Eduardo Galeano e sua obra-prima “As Veias Abertas da América Latina”, leitura fundamental para compreender a história latino-americana.

Tenho tentado mostrar, ao longo desta obra, que a taxa de lucros só pode se elevar por uma redução dos salários, e que estes só podem cair permanentemente em consequência de uma queda do preço dos gêneros de primeira necessidade, nos quais os salários são gastos. Se, portanto, por uma ampliação do comércio exterior, ou devido a melhoramentos na maquinaria, os alimentos e os bens necessários ao trabalhador puderem chegar ao mercado com preços reduzidos, os lucros aumentarão. (RICARDO, 1996, p.152).

A produção realizada nos países coloniais era determinada pelas necessidades de acumulação nos países europeus, com distinções regionais devido às condições naturais. Ou seja, a dinâmica interna de cada país não era determinada pela relação com seus vizinhos ou pelas necessidades internas de consumo e acumulação, e sim pela necessidade das burguesias das metrópoles colonizadoras aumentarem suas taxas de lucro.

A exploração do trabalho na região é determinada, portanto, pela necessidade de extrair o máximo de excedente possível de cada trabalhador. Este fato, somado ao fato de não depender destes trabalhadores para a realização da produção (que se dava nos países europeus), fazia com que o único fator que pressionava por melhores condições de trabalho fosse a dificuldade de repor a mão-de-obra (quanto mais fácil de repor, piores as condições de trabalho). O regime estabelecido variava, igualmente, de acordo com as dificuldades de impor a disciplina e um regime de intenso desgaste aos povos originários, variando de forma para conseguir extrair o máximo de excedente de acordo com cada região, sendo majoritariamente utilizadas a servidão e a escravidão, inclusive com tráfico de enormes contingentes de africanos onde havia maiores dificuldades de escravizar os nativos.

Paralelamente, conformaram-se elites em cada país que, apesar da imensa extração de excedente ali produzido por parte dos países centrais, enriqueceram com base na exploração intensiva da mão-de-obra. Representavam, portanto, os interesses das metrópoles internamente, moldando as instituições e regimes de governo de acordo com as necessidades de produção/exportação de excedente.

Vale ressaltar o papel que as elites cumpriram internamente nestes países, na manutenção da estrutura subdesenvolvida, da qual – embora fossem lesadas pelo envio de enormes quantias de excedentes em direção aos países centrais – dependiam para a manutenção de seus lucros.

De tal maneira, os países de América Latina incorporaram-se na fase de acumulação mercantil do desenvolvimento capitalista para atender a necessidades de desenvolvimento nos países europeus, mas, na sua dinâmica interna, caminharam no sentido oposto: na condição de subdesenvolvimento (FRANK, 1974). Ou seja, desde a “descoberta da América”, estes países estabelecem-se não como países atrasados em relação aos europeus, que cumpriram as mesmas etapas para chegar ao pleno desenvolvimento em um momento posterior. A história mostra que a função específica que estes países cumpriram os faz percorrer uma trajetória própria, qualitativamente distinta daqueles onde a intensa acumulação de capital possibilitou a Revolução Industrial e imensos saltos de produtividade.

Na prática, este foi o processo que consolidou, nos países centrais, a Grande Indústria e a apropriação de Mais-Valia Relativa como principal instrumento de ampliar a exploração da força de trabalho. Marini explica sinteticamente:

Forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria.(MARINI, 2005, p. 140).

Consolidada a Revolução Industrial, passou a ser interesse da Inglaterra – principal potência da época – acabar com o monopólio colonial que dificultava a importação de matérias-primas e bens-salário como o escoamento de sua produção, já com níveis de produtividade muito superiores ao restante dos países. Segundo Marini, “A ruptura do monopólio colonial se torna então uma necessidade e, com isso, desencadeia-se o processo de independência política” (MARINI, 2012, p.48). A Independência dos países na América Latina não constituiu, portanto, um rompimento com este sistema de apropriação de excedente dos países periféricos por parte dos centrais no sentido de retirar o “atraso” desta região, e sim uma continuidade – em um patamar mais complexo – da extração de excedente produzido nesta região por parte dos países que se industrializavam. Estes processos corresponderam precisamente às necessidades da Inglaterra, com a indústria já consolidada pelo protecionismo do

período anterior, de acabar com as barreiras que o monopólio colonial lhe apresentava. De igual maneira, a Inglaterra realizou diversos esforços no sentido de acabar com o principal pilar de sustentação das colônias: o trabalho escravo.

No lugar do protecionismo e do monopólio colonial, os países da América Latina e sua produção passam a se articular diretamente com a Inglaterra e outras potências, através do “livre comércio”. As matérias-primas produzidas nesta região eram exportadas em troca da importação de manufaturas para consumo (por parte das elites locais estabelecidas), cuja produção atinge alto grau de produtividade após a Revolução Industrial. Estão colocados os fundamentos da estrutura de funcionamento do capitalismo: a divisão internacional do trabalho. Assim caracteriza-se a dependência, etapa contínua à colônia e consequência desta, mas qualitativamente diferente, “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes” (MARINI, 2005a, p.141).

### 3.2 DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, MAIS-VALIA EXTRAORDINÁRIA E TRANSFERÊNCIA DE VALOR

É corrente na bibliografia estudada nos cursos de economia a compreensão do comércio internacional como um espaço de trocas que beneficiam a todos os países se estas forem realizadas sem interferência do Governo. O principal autor que baseia esta “Teoria das Vantagens Comparativas” é David Ricardo.

Embora sua teoria seja deturpada, a partir da não-utilização da lei do valor-trabalho, as conclusões gerais de Ricardo são semelhantes às que chegam os manuais de Economia.

Ricardo parte do pressuposto de que as mercadorias são trocadas de acordo com seu valor, ou seja: de acordo com a quantidade de trabalho materializada nelas. Tanto no plano nacional como mundial, a conclusão óbvia deste pressuposto teórico é: se cada indivíduo – ou cada país – concentrar sua produção naquela mercadoria em que possui maiores vantagens em relação aos concorrentes, a produção global de riqueza será maior. A conclusão seguinte é que, pressupondo trocas baseadas nos valores das mercadorias, o sistema de comércio vai garantir que o produto seja apropriado por todos de forma vantajosa. De tal forma, qualquer medida que vise impedir que os indivíduos ou países produzam no setor em que tiverem mais vantagens relativas, é um prejuízo para o sistema como um todo.

Como exemplo da aplicação prática deste pressuposto, Ricardo analisa o Tratado de Methuen<sup>5</sup>, em que Portugal e Inglaterra firmaram um acordo de redução de barreiras alfandegárias para vinhos e tecidos. Basicamente, o exemplo do autor é de que para Portugal e Inglaterra produzirem uma quantidade X de vinhos e tecidos é necessário uma quantidade de homens trabalhando por um ano, de acordo com a tabela abaixo.

	Portugal	Inglaterra	Portugal / Inglaterra
Tecido	90	100	11,1%
Vinho	80	120	50,0%

Tabela 01 - Quantidade de Homens Trabalhando por um ano para Produzir uma Quantidade Determinada de Vinhos e Tecidos.

Fonte: Elaboração própria. Dados baseados em (RICARDO, 1996).

Ou seja, Portugal possui maior produtividade tanto para vinhos quanto para tecidos, o que aparentemente leva à conclusão de que Portugal deveria produzir as duas mercadorias ao invés de recorrer à importação. Entretanto, afirma o autor, a vantagem de Portugal é relativamente maior na produção de vinhos. De tal forma, ainda que tenha maior produtividade nos dois setores, Portugal deveria deixar à Inglaterra a produção de tecidos e concentrar esforços na produção de vinhos, onde possui maiores vantagens. Ou ainda: caso não houvesse restrições e incentivos por parte dos governos, a tendência é justamente que cada país especialize-se naquilo que tem mais vantagens em relação aos outros. Segundo Ricardo:

Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. [...] **Este é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra.** (RICARDO, 1996, p.53. Grifos meus).

É precisamente neste pressuposto – de que o comércio internacional funciona a partir de trocas de mercadorias com igual valor – que está a fragilidade da teoria de

---

<sup>5</sup>Nelson Werneck Sodré (1957), em sua obra “Tratado de Methuen” demonstra como, na verdade, o Tratado de Methuen foi imposto pela Inglaterra a Portugal, estando este já subornado economicamente àquela. Não consistiu em um Tratado assinado por dois países para benefício comum. Foi, na realidade, resultado da dominação inglesa sobre Portugal, e reforçou este domínio a partir da devastação da indústria têxtil portuguesa e abertura deste mercado para a indústria da Inglaterra.

Ricardo. O próprio autor já revela em trechos de seu livro as fraquezas de sua teoria, quando afirma no capítulo XXXI<sup>6</sup>:

**A utilização de maquinaria num país nunca deveria deixar de ser incentivada, pois, se não for permitido ao capital obter o maior rendimento líquido que o emprego de máquinas possibilita, ele será transferido para o exterior** e isso representará um desestímulo muito maior à demanda de trabalho do que a generalização mais completa do uso de máquinas, uma vez que, enquanto o capital é aplicado no país, alguma demanda de trabalho deverá ser criada: as máquinas não funcionam sem a intervenção do homem, e também não podem ser construídas sem a contribuição do seu trabalho. Investindo uma parte do capital em maquinaria aperfeiçoada, haverá uma redução na progressiva demanda de trabalho; exportando-o para outro país, a demanda será totalmente eliminada. Além disso, o preço das mercadorias é determinado por seu custo de produção. Com a utilização de maquinaria aperfeiçoada, o custo de produção das mercadorias se reduz, e, conseqüentemente, será possível vendê-las no mercado externo por um preço mais baixo. Se, no entanto, rejeitássemos o uso da maquinaria, enquanto os demais países o encorajassem, seríamos obrigados a exportar dinheiro em troca dos produtos estrangeiros até que o preço natural de nossos produtos baixasse para o mesmo nível de preço dos demais. **Trocando mercadorias com aqueles países, estaríamos entregando uma mercadoria que custa aqui dois dias de trabalho por uma mercadoria que custa um no exterior**, e essa troca desvantajosa seria a conseqüência de nossos próprios atos, pois a mercadoria exportada e que nos custa dois dias de trabalho, custaria apenas um, se não houvésssemos rejeitado o uso da maquinaria, cujos serviços nossos vizinhos souberam aproveitar mais inteligentemente.(RICARDO, 1996, p.94. Grifos meus).

A leitura atenta da obra de Ricardo demonstra as contradições que ele apresenta, ao defender que as manufaturas sejam produzidas na Inglaterra e, logo depois, afirmar que o país que não investir na maquinaria é desfavorecido no comércio internacional ao trocar mercadorias produzidas internamente por outras de menor valor produzidas em outros países.

A partir do marxismo é possível estudar mais profundamente o tema que Ricardo apresenta de maneira superficial: o monopólio de determinadas tecnologias (ou o domínio destas por um número restrito de países), a imensa superioridade nas forças produtivas entre os países e seus efeitos no comércio internacional. Por possuir forças

---

<sup>6</sup>A primeira edição é do livro, de 1817, não contém este capítulo, que foi inserido apenas na terceira edição da obra, publicada em 1821. Nele, Ricardo descreve como a introdução de maquinarias pode ter impactos negativos sobre a classe trabalhadora, concepção que não existia na primeira versão da obra. (COUTO et al., 2011). Além disso, introduz o debate dos impactos que a maquinaria pode ter no comércio internacional, prejudicando aqueles países com menor capacidade produtiva, embora evidentemente não esgote este tema porque ele invalidaria sua teoria de benefício mútuo no comércio internacional.

produtivas muito mais avançadas e em constante aperfeiçoamento, os países industriais logram com muito mais facilidade o rebaixamento do valor individual das mercadorias produzidas através do aumento de produtividade. Como não há livre concorrência para estas mercadorias, estes países podem constantemente evitar uma queda no preço praticado no comércio internacional proporcional à elevação da produtividade. Esta queda que aconteceria naturalmente segundo a teoria de Ricardo sobre o comércio internacional – uma vez que as trocas efetivariam-se a partir do valor – não ocorre.

Estabelecida a Divisão Internacional do Trabalho, os capitalistas dos países industriais utilizam-se de instrumentos diversos para não repassar aos preços o aumento de produtividade que logram. Teoricamente as mercadorias são trocadas pelo seu valor, mas em termos concretos há diversas formas de descolar os preços daquele que corresponderia ao valor da mercadoria.

Instrumento semelhante é utilizado por capitalistas individualmente. Ao rebaixar o valor individual das mercadorias que produz sem que se altere o valor socialmente médio para sua produção, o capitalista obtém uma vantagem em relação aos seus concorrentes. Na prática, apropria-se de uma parcela da mais-valia superior – ou mais-valia extraordinária – ao que seria normal se sua mercadoria fosse vendida pelo preço correspondente ao seu valor individual. Altera-se, a partir deste instrumento, a distribuição de excedente entre os capitalistas concorrentes de determinado setor de produção em prol daquele com maior produtividade. Caso o aumento de produtividade generalize-se no setor, este capitalista perde sua vantagem em relação aos concorrentes (MARINI, 1979a).

Entre capitalistas de setores diferentes também há instrumentos de apropriar-se de mais-valia extraordinária, caso um setor logre a partir, por exemplo, de novas tecnologias, rebaixar o valor individual das mercadorias, mas, por razões diversas (como um certo grau de monopólio em um setor que aumenta a produtividade) logre não repassar o rebaixamento de valor aos preços. Neste caso, os capitalistas deste ramo apropriam-se de parte da mais-valia produzida nos outros setores.

No comércio internacional ocorrem os mesmos mecanismos, tanto para capitalistas do mesmo setor (em prol daquele com maior produtividade) como de setores diferentes. Como é restrito o número de países capazes de alcançar um patamar elevado de produtividade, este seleto grupo é capaz de não repassar aos preços a queda no valor das mercadorias das quais têm monopólio ou na produção das quais possui forças produtivas mais avançadas que seus concorrentes. Apropriam-se constantemente,

através de mecanismos do mercado, de parte do excedente produzido nos países que possuem menor capacidade produtiva. Em outras palavras, estabelecida a Divisão Internacional do Trabalho e a diferença enorme de produtividade entre os países, os capitalistas dos países centrais absorvem permanentemente valor produzido nos países dependentes.

### 3.3 IMPERIALISMO E NOVAS FORMAS DE TRANSFERÊNCIA DE VALOR

A transferência aos países centrais de excedente produzido na América Latina inicia-se no plano comercial, através do intercâmbio desigual. Assume, entretanto, diversas formas, também na esfera financeira e produtiva.

Outras formas aparecem conforme se desenvolve o capitalismo. Lenin, observando as transformações que o capitalismo sofria no início do século XX afirma que o capitalismo baseado na livre concorrência provocou tamanha concentração de capitais que transformou-se em monopólio, com a conformação de diversos trustes e corporações, que passaram a ditar os rumos da acumulação de capitais. Em suas palavras, “O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital”. Ou seja, “Constituiu-se um enorme excedente de capital nos países avançados”, tendo como consequência “A necessidade de exportação de capitais [que] obedece ao fato de que em alguns países o capitalismo amadureceu excessivamente e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para a sua colocação lucrativa”. Os capitais são destinados aos países atrasados, já que “Neste países o lucro é em geral mais elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-prima baratas” (LENIN, 2008 p. 61-62). Esta nova etapa do capitalismo é denominada por Lenin de “imperialista”.

Se antes a disputa entre as potências se dava por colônias e o monopólio das metrópoles no recebimento de matérias-prima e bens-salário, entre o final do século XIX e início do século XX passa a ser imperialista, pela conquista de novos países para investir seu capital acumulado, em busca de altas taxas de lucro.

Marini segue na mesma direção, afirmando que “O avanço conseguido pela concentração de capital em escala mundial coloca então nas mãos das grandes corporações imperialistas, que necessitam aplicação no exterior” (MARINI, 2005a, p. 174). Ou seja, capitais acumulados nos países centrais são destinados aos países

dependentes para valorização sob diferentes aparências, pois encontram nestes países maiores possibilidades de lucro, devido à superexploração da força de trabalho (p. 174). Estes instrumentos podem ser observados com nitidez após o capital realizar seu ciclo no país dependente. “Hay que considerar además, como ya señalamos, que el capital extranjero no solo se mueve en un sentido, el de ingreso a la economía, sino también en el sentido inverso, de salida de aquélla”. Após o investimento em um país dependente, o capital tem direito a uma parcela do mais-valor produzido, sob diversas formas, como o lucro, e “Ello da lugar a transferencia de valor al exterior” (MARINI, 1979b), grifos meus). Para demonstrar seu argumento na prática, Marini argumenta que, embora entre 1960-67 apenas 30% do investimento direto que os Estados Unidos realizaram no mundo tenha sido destinado aos países dependentes, estes foram responsáveis pelo envio de 60% do total de ingressos recebido naquele país sob a forma de lucro, juros e patentes. Ou seja, o deslocamento de capital para outros países significa, para os capitalistas dos países centrais, ampliação da taxa de lucro.

A origem do capital dinheiro que inicia o ciclo do capital na economia dependente já revela, sob duas formas, mecanismos de transferência de valor, se manifestando

Como inversión directa cuando de manera exclusiva o compartida, es decir asociada, el capitalista extranjero invierte directamente en la economía dependiente, deteniendo la propiedad total o parcial del capital productivo a que la inversión dio lugar y apropiándose directamente de la plusvalía total o parcial allí generada. Se presenta como inversión indirecta cuando el capital extranjero se pone a disposición de los capitalistas internos (nacionales y extranjeros), bajo la forma de préstamos o financiamientos, contratados directamente con los capitalistas receptores o con el estado, que los redistribuye a éstos o los integra a su propia inversión. (MARINI, 1979b)

Há, nos casos de investimento direto, instrumentos que funcionam internamente na empresas e são difíceis de captar que funcionam para a repatriação de lucros. Consistem em subfaturamento ou superfaturamento de preços dos produtos vendidos internamente, entre as diferentes sedes de uma determinada. Vender, por exemplo, uma máquina à filial em um país dependente por um preço muito acima do preço de mercado é uma forma de transferência de mais-valia.

Além disso, a especulação no mercado financeiro funciona de forma parecida – o capital é investido nos países dependentes para valorização e repatriação nos países centrais – embora os capitais tenham maior flexibilidade para serem retirados.

Por fim, diretamente na esfera produtiva do ciclo do capital, há também instrumentos utilizados pelo capital para transferir valor em direção aos países centrais. Como “la industria manufacturera de los países dependientes se apoya en buena parte en el sector de bienes de capital de los países capitalistas avanzados [...] Em consecuencia, esa industria manufacturera [...] debe importar también conocimiento para operar esos médios de producción y, eventualmente, fabricarlos” Ou seja, além da própria aquisição dos meios de produção geralmente incluir deslocamento de recursos para o exterior, a utilização e manutenção deles requer o pagamento de royalties e assistência técnica, “que constituyenotros tantos factores de transferencia de plusvalía, de descapitalización”. (MARINI, 1979b).

Não é objetivo deste trabalho estudar profundamente cada forma de transferência de valor dos países dependentes em direção aos centrais. O essencial é ter claro que estas formas são produtos da imensa diferença na capacidade produtiva e da função qualitativamente diferente que os países periféricos e centrais cumprem na Divisão Internacional do Trabalho, e caminham no sentido de manter e aprofundar esta estrutura (MARINI, 2005a, p.141).

### 3.4 DEPENDÊNCIA E SUPEREXPLORAÇÃO

O que para os capitalistas dos países centrais significa auferir permanentemente mais-valia extraordinária através de instrumentos de burlar a lei do valor, para os capitalistas da América Latina significa perdas constantes, na medida em que uma parcela do excedente social é transferido para o exterior. Incapaz de compensar estas perdas na esfera do comércio ou finanças internacionais, o capitalista na América Latina tem apenas uma opção compensatória para manter sua taxa de lucros, conforme descreve Marini

o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, [...] incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna.(MARINI, 2005a, p. 154).

O mecanismo de compensação da transferência de valor aos países centrais ocorre na esfera da produção de mercadorias a partir da ampliação e intensificação da

jornada de trabalho, da redução de salários, ampliação do exército industrial de reserva, informalização do trabalho. Em outras palavras, a única possibilidade que os capitalistas dos países dependentes têm para manter suas taxas de lucro sem impedir a transferência de valor – e não o fazem porque dependem desta estrutura para manter a acumulação de capital – é recorrer sistematicamente à superexploração da força de trabalho.

Como, ao contrário do que ocorre nos países centrais, os trabalhadores não são consumidores dos principais produtos elaborados na América Latina já que a realização da produção é principalmente externa, é mínimo o prejuízo para as classes dominantes na realização de mercadorias quando seu poder de compra é reduzido. Os setores burgueses que dependem direta ou indiretamente do consumo proveniente do capital variável para a realização de sua produção são submetidos aos interesses dos setores exportadores.

Determinada pela esfera da circulação (comércio mundial), a esfera da produção de mercadorias na América Latina caminha, por mais paradoxal que pareça, no sentido diametralmente oposto ao dos países industriais. Segundo Marini

[...]o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. (MARINI, 2005a, p.144).

A violação do valor da força de trabalho, ou a superexploração, é trabalhada brevemente por Marx como parte da dinâmica do capitalismo e ocorre nos países desenvolvidos em períodos de crise ou momentos específicos. O autor não aprofunda neste ponto porque o nível de abstração com o qual escreve, com o objetivo de desvendar os determinantes fundamentais do capitalismo, não lhe permite.

No entanto, o estudo da América Latina exige, além da compreensão das leis gerais do capitalismo, a compreensão das formas específicas como este se manifesta. Exige, portanto, capacidade de análise em um grau de abstração menor, que leve em conta a formação histórico-estrutural desta região e é por esta razão que Marini utiliza o conceito de superexploração da força de trabalho como um dos fundamentos da dependência, conseqüência nefasta da transferência de valor produzido nestes países e apropriado pelos centrais.

Neste sentido, Carcanholo afirma que:

É preciso ressaltar que, no nível de abstração do livro I de *O capital*, no qual a questão é mais tratada, não fazia sentido analisar o aumento da taxa de mais-valia em razão da redução do salário, ainda que a possibilidade real de que isto aconteça tenha sido inúmeras vezes remarcada. Isto porque ali se tratava de entender o processo de produção do capital, abstraindo-se da análise todas as reais dificuldades que ele tem para circular e realizar o valor produzido, temática dos outros livros. Assim, no livro I desta obra, supõe-se que todo o valor produzido será realizado; ou melhor, que as mercadorias serão vendidas no volume e na magnitude de valor em que foram produzidas. Em termos da mercadoria força de trabalho, isto significa que os salários corresponderiam ao valor da força de trabalho. (CARCANHOLO, 2013, p. 80).

Por esta razão, “a *superexploração da força de trabalho* não pode ser considerada uma categoria em Marx, até em função do nível de abstração em que ele estava em *O capital*.” (CARCANHOLO, 2013, p. 80). E conclui: “Dessa forma, esse “mecanismo de compensação” seria a *única* forma de o capitalismo dependente se desenvolver *capitalistamente*, o que comprova a especificidade objetiva e, portanto, categorial do capitalismo dependente” (CARCANHOLO, 2013, p. 83).

A superexploração assume nesta região um caráter permanente e estrutural, levando centenas de milhões de trabalhadores à condição permanente de miséria. É um pressuposto da acumulação de capital dependente, em momentos de crise ou não. Constitui uma necessidade intrínseca à dinâmica capitalista na América Latina, sem a qual não se compreende a conformação social e econômica nos países desta região.

#### **4 O FENÔMENO: A SUPEREXPLORAÇÃO NO BRASIL**

Após a demarcação dos principais conceitos da dinâmica do capitalismo em um alto grau de abstração (capítulo 2) e da conformação específica dos países latino-americanos e, sobretudo da superexploração da força de trabalho (capítulo 3) como categoria de análise dos países dependentes, este capítulo analisa empiricamente as mudanças na situação de trabalho e consumo da classe trabalhadora brasileira, principalmente nos últimos 10 anos. Com isto, o nível de análise será muito mais concreto do que nos capítulos anteriores.

Antes da análise dos dados, é necessário fazer algumas observações. A primeira é que o período (2003-2013) não foi escolhido aleatoriamente. Corresponde à ascensão do PT à presidência do Brasil. Este período é marcado pela chegada ao poder do principal partido de representação dos trabalhadores brasileiros nas duas décadas anteriores e que se sustenta atualmente em um Governo extremamente contraditório. Por um lado, manteve basicamente a mesma estrutura econômica dependente que herdou, mas que ideologicamente ainda é referência dos trabalhadores e que, argumentam os governistas, logrou de maneira responsável distribuir de renda, diferenciando-se de seus antecessores por ter “preocupação social”.

Em segundo lugar, a dificuldade em traçar um cenário da situação de trabalho e renda da classe trabalhadora é proveniente da complexidade com que se reparte o produto socialmente produzido, sobretudo a parcela de excedente apropriada pelo Estado. Se por um lado o Estado pode repassar recursos para a burguesia, através de isenções e incentivos diversos, pode também repassar ao trabalhador através de melhorias no sistema educacional, sanitário, incentivo à pequena produção agrícola, distribuição direta de renda (como o Bolsa Família) e infinitas outras maneiras. Isso coloca a disputa pelo excedente social em um patamar mais complexo. Se em um nível elevado de abstração, pode-se pressupor que a mais-valia é toda apropriada pelo capital, em termos concretos uma parcela é apropriada pelo Estado e pode ser destinada aos trabalhadores.

As implicações na vida do trabalhador são fundamentais. De nada adianta haver uma ampliação do salário se houver, paralelamente, um sucateamento do sistema de saúde que force os trabalhadores a ampliar gastos com saúde na mesma proporção que sua renda aumenta.

Não será objetivo deste trabalho – e nem seria possível que fosse – realizar uma avaliação perfeita do cenário, e sim utilizar alguns elementos centrais que, ainda que de forma incompleta, forneçam elementos para a análise.

Em terceiro lugar, conforme observado no capítulo 2, as formas como a superexploração da força de trabalho se manifesta podem ser divididas em basicamente duas formas: apropriação do fundo de vida e apropriação do fundo de consumo do trabalhador. Os critérios utilizados neste capítulo se dividirão basicamente nestas duas formas, com subcapítulos correspondentes.

Além disso, um terceiro subcapítulo será dedicado à situação do Exército Industrial de Reserva – categoria específica que diz respeito à superpoulação relativa, ou à parcela da população que está desempregada ou subempregada, que é fundamental para a acumulação capitalista na medida em que pressiona os trabalhadores empregados a se submeterem a piores condições de emprego e salário, sob pena de serem demitidos. Nos países dependentes, o Exército Industrial de Reserva, necessário inclusive nos países centrais, ganha importância e é composto por enormes parcelas da massa trabalhadora. O subcapítulo à parte justifica-se porque é um fator que diz respeito, paralelamente, ao fundo de vida e de consumo da classe trabalhadora.

Para avaliar o fundo de consumo do trabalhador, três critérios serão utilizados. O primeiro, mais evidente, é a evolução do salário mínimo, já que este tem impacto direto na remuneração de milhões de trabalhadores, sobretudo os trabalhadores “da base da pirâmide” do mercado de trabalho. Dados como rendimento médio e salário médio não serão utilizados porque não permitem analisar com precisão o que ocorre com a remuneração dos trabalhadores mais precarizados, aqueles que mais sofrem com a superexploração.

O segundo critério é a evolução do Bolsa Família, programa de distribuição direta de renda por parte do Governo Federal para famílias consideradas em “pobreza extrema”. Embora não faça parte do salário, este programa eleva a renda de quase 14 milhões de famílias brasileiras e não pode ser ignorado.

Para avaliar o exército industrial de reserva, os critérios serão a taxa de desemprego e informalização do mercado de trabalho, além do seguro-desemprego (total de beneficiados e pagamento médio), tempo médio de procura e de permanência no emprego. O trabalhador desempregado não apenas não possui renda suficiente para se manter como ainda pressiona o salário dos empregados para baixo. Da mesma forma, um trabalhador informal tem condições precárias de trabalho, não tem acesso à

previdência social, não tem férias, não tem direito ao 13º salário e constitui uma das principais formas de superexploração em países dependentes. Além disso, o tempo de procura e permanência no emprego também serão utilizados porque são evidências que os trabalhadores têm para conseguir trabalho e manter-se nele.

Para avaliar o fundo de vida do trabalhador, os critérios utilizados dizem respeito à intensidade do trabalho e à extensão da jornada.

As três sessões finais serão baseados nos dados trabalhados e abordar: i) a vigência da superexploração da força de trabalho no Brasil; ii) a tese de que se existe uma “nova classe média” surgindo no país (NERI, 2011); iii) a tese de que a superexploração no Brasil foi aprofundada na última década (LUCE, 2012, 2013a, 2013b).

## 4.1 FUNDO DE CONSUMO

### 4.1.1 Salário Mínimo

Art. 7º: São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.(BRASIL, Constituição Federal de 1988).

No Brasil, o salário mínimo foi criado em 1940, pelo ex-presidente Getúlio Vargas, passando por diversas transformações até a atualidade. A Constituição Brasileira, vigente desde 1988, descreve de maneira genérica o mínimo necessário para que o trabalhador possa atender suas necessidades e as de sua família. A função básica do estabelecimento legal do salário mínimo é garantir que nenhum trabalhador seja contratado sem remuneração e direitos trabalhistas adequados, considerados mínimos para uma vida normal na sociedade brasileira.

O impacto que as oscilações do salário mínimo têm na capacidade de consumo da classe trabalhadora é enorme. Segundo o DIEESE (2012)<sup>7</sup>, 45,5 milhões de

---

<sup>7</sup>Relatório completo disponível no site:

<http://www.cut.org.br/sistema/ck/files/NT%20118%20dez%202012%20salarioMinimo2013.pdf>

trabalhadores brasileiros têm seu rendimento baseado no salário mínimo. Esta cifra inclui, sobretudo, os assalariados com menor remuneração no mercado de trabalho formal e informal, além de aposentados. Ainda segundo este órgão, apenas o aumento do salário mínimo de 2013 irá gerar 32,7 bilhões de reais na economia e 15,9 bilhões de incremento na arrecadação de impostos sobre o consumo. Como parâmetro de comparação, o incremento de renda para os trabalhadores será 70% superior o montante previsto pelo Senado Federal para gastos com o programa Bolsa Família em 2013: 19,3 bilhões de reais<sup>8</sup>.

Para avaliar a evolução deste dado fundamental na última década, é necessário resgatar qual era o cenário que o salário mínimo se encontrava em 2003, quando o PT chegou ao poder.

O poder de compra do salário mínimo brasileiro sofreu três décadas de grande compressão, após o golpe militar articulado pela burguesia brasileira em 1964. Após o período de repressão, a década de 1980 com taxas de inflação astronômicas que acabou somente com a consolidação do Plano Real em 1994 e a fixação do salário mínimo em um patamar absurdamente baixo. Desde então assistimos a uma lentíssima recuperação que, inclusive, ainda não foi suficiente sequer para atingir o patamar pré-golpe militar. Contra toda a ideologia, os dados mostram que, em 2012, o salário mínimo no Brasil era inferior ao de 1964 e muito inferior ao mínimo necessário para atender as necessidades básicas do trabalhador e sua família.

Com o Plano Real e a estabilização monetária, o Governo brasileiro fixou o salário mínimo em R\$64,79 em julho de 1994. Em Abril do ano seguinte, com o valor fixado em R\$70,00, o salário mínimo correspondia a apenas 8,61% do necessário para uma família de 4 pessoas ter capacidade de consumir o previsto na constituição (DIEESE, 1993<sup>9</sup>). A média do salário mínimo deste ano (contando apenas os meses a partir de julho, quando o Real foi implementado), correspondente a 9,92% do necessário.

Segundo dados do IPEA, este valor era muito inferior, inclusive, ao mínimo estabelecido ao final da Ditadura Militar, o que demonstra que mesmo o período de

---

<sup>8</sup>Previsão Orçamentária disponível em

[http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento\\_senado/LOA/Elaboracao:PL](http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/LOA/Elaboracao:PL)

<sup>9</sup>O DIEESE calcula o salário mínimo necessário para uma família de 4 pessoas a partir dos dados de custos da cesta básica nacional. A metodologia completa está disponível em

<http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>, páginas 6 e 7.

democratização do país foi marcado por compressão salarial dos trabalhadores brasileiros

Em 2002, último ano de Governo FHC, o salário mínimo esteve fixado entre R\$180 até março e R\$200 a partir do mês seguinte. Pela metodologia do DIEESE, este valor correspondeu, em média, a 16,47% do mínimo necessário para uma família com 4 pessoas. Ou seja, 63,41% de aumento real desde 1994 segundo a metodologia do DIEESE. Pelos dados do IPEA, o aumento foi mais lento: 44,42% em 8 anos (a média de 1994 está sendo calculada a partir de julho).

Estes dados confirmam que o período de estabilização monetária foi marcado por uma profunda compressão salarial, embora a inflação não corroesse os rendimentos dos trabalhadores como na década anterior.

Além disso, pode-se observar uma lenta e constante elevação do poder de compra do salário mínimo ao longo dos dois mandatos de FHC. Este fenômeno foi possível pelo patamar extremamente baixo que este foi fixado no Plano Real e significa um início de lenta recuperação.

Esta situação fica ainda mais explícita quando comparamos os salários anteriores ao golpe militar com o registrado ao final do mandato de FHC. Em reais de dezembro de 2012, a média anual do salário mínimo no município de São Paulo caiu de R\$1155,08 em 1964 para R\$376,21 em 2002 (DIEESE). Ou seja, em 38 anos, o salário mínimo perdeu 67,42% do seu poder de compra!

Portanto, quando o PT chegou ao poder em 2003, a realidade era um salário mínimo em patamares extremamente baixos e em lento processo de recuperação. Nos dois primeiros anos de mandato petista, o governo aplicou uma política ortodoxa de austeridade e cortes, de forma que o salário mínimo teve poucos avanços (3,82% segundo o DIEESE e 4,45% segundo o IPEA). Entretanto, passados, percebe-se claramente que com o PT no governo a tendência de recuperação do salário mínimo iniciada em 1994 manteve-se e foi ampliada. O ano de 2012 teve um salário mínimo de R\$622, com uma média de 25,46% do necessário (DIEESE) – 54,58% maior do que em 2002.

Por outra metodologia, deflacionando o aumento nominal de salários (de R\$200 para R\$678 ou 239% de aumento) através do INPC (87,17%), entre dezembro de 2002 e junho de 2013 o salário mínimo teve valorização real de 81,11%.

É ainda possível analisar o poder de compra do salário mínimo a partir do cálculo da quantidade de horas necessárias para comprar uma cesta básica. Embora não

seja muito preciso porque os alimentos não são as únicas mercadorias que compõe a cesta de consumo necessário, mas dão um bom indicativo da capacidade de consumo do trabalhador. O DIEESE faz esse cálculo para 17 capitais estaduais. A tabela a seguir mostra os resultados<sup>10</sup>. Entre 2002 e 2010, a quantidade de horas que um trabalhador que recebe um mínimo trabalhando 44 horas semanais diminuiu em todas as capitais analisadas. Na maioria delas em 2010 foi necessário trabalhar entre 30% e 35% menos do que em 2002 para comprar uma cesta básica. Apenas Goiânia (-29%), Aracaju (-42%), Salvador (-27%) e Vitória (-27%) estão fora deste intervalo, e ainda assim não apresentam valores discrepantes.

---

<sup>10</sup>Os dados anuais estão disponíveis no site do DIEESE, neste trabalho será utilizado apenas uma parte dos dados pois já é suficiente para compreender a tendência. Manaus não foi incluída na tabela porque o DIEESE passou a realizar os cálculos da cesta básica nesta cidade apenas a partir de 2008.

	1994	1998	2002	2006	2010	Varição 2010/2002
Aracaju	-	149h 55min	131h 21min	89h 18min	76h 43min	-42%
Belém	207h 58min	146h 46min	136h 11min	99h 15min	93h 14 min	-32%
Belo Horizonte	216h 24min	164h 56min	142h 45min	108h 45min	97h 23min	-32%
Brasília	215h 28min	162h 30min	146h 04min	110h 25min	97h 36min	-33%
Curitiba	209h 26min	172h 53min	148h 49min	107h 5min	97h 53min	-34%
Florianópolis	222h 45min	161h 23min	146h 07min	107h 37min	99h 06min	-32%
Fortaleza	184h 11min	146h 49min	124h 13min	85h 15min	80h 41min	-35%
Goiânia	222h 14min	145h 55min	130h 24min	96h 51min	92h 59min	-29%
João Pessoa	180h 31min	145h 29min	122h 05min	88h 56min	81h 47min	-33%
Natal	183h 42min	151h 16min	126h 28min	88h 41min	88h 22min	-30%
Porto Alegre	218h 09min	174h 44min	159h 31min	113h 57min	107h 01min	-33%
Recife	181h 03min	143h 20min	122h 56min	88h 19min	85h 49min	-30%
Rio de Janeiro	209h 46min	168h 17min	148h 09min	110h 15min	99h07min	-33%
Salvador	185h 39min	139h 55min	121h 07min	88h 55min	88h 03min	-27%
São Paulo	224h 35min	180h 22min	155h 10min	115h 53min	106h 56min	-31%
Vitória	205h 07min	149h 40min	137h 02min	103h 19min	99h 52min	-27%

Tabela 02 - Quantidade de horas de trabalho necessárias para comprar uma cesta básica em 16 capitais brasileiras, entre 1994-2010.

Fonte: DIEESE.

A política de lenta recuperação do salário mínimo ficou expressa em um acordo que o Governo Federal e algumas Centrais Sindicais assinaram em 2007, prevendo os

aumentos do salário mínimo até 2013 (DIEESE, 2005). Este consiste na reposição salarial baseado no INPC do ano anterior acrescido de um aumento real igual ao crescimento do PIB brasileiro de dois anos anteriores. Por exemplo: o aumento de 2013 é igual ao INPC de 2012 acrescido do crescimento do PIB de 2011. Os últimos 7 acordos salariais (2007-13) seguiram esta regra e ela deve se manter, ao menos enquanto o PT estiver na presidência.

O acordo estabelecido entre o Governo e as Centrais Sindicais alinhadas a ele apenas confirma essa tendência. Para se ter noção, no período posterior ao acordo (2007 a 2012) houve 6 aumentos, totalizando 14,7% de ganho real (média anual de 2,3%). Neste ritmo, será necessário mais de 60 anos para que o salário mínimo no Brasil tenha a capacidade de compra prevista na Constituição de 1988 ou algumas décadas para atingir o mesmo patamar de 1964.

O salário mínimo no patamar em que se encontra demonstra como a superexploração é estrutural no país, já que não garante a renda mínima a milhões de trabalhadores que dependem dele para manter suas famílias. Paralelamente, é necessário observar que, embora seja lenta e apenas recomponha parte do poder de compra perdido durante décadas, houve recuperação no salário mínimo real na última década.

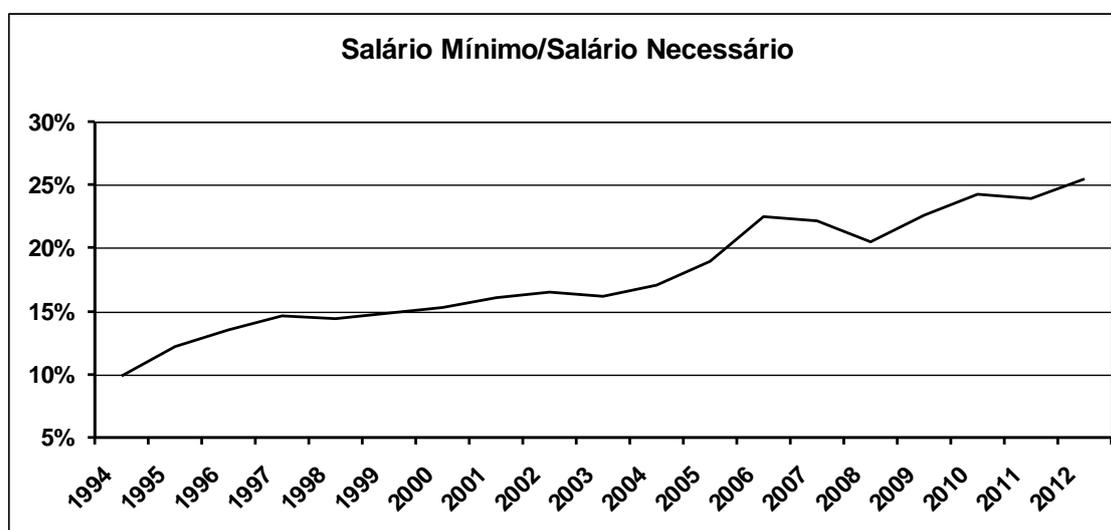


Gráfico 01 - Razão entre Salário Mínimo e Salário Necessário (média anual), em porcentagem.  
Fonte: DIEESE. Elaboração própria.



Gráfico 02 - Média anual do Salário Mínimo no município de São Paulo em R\$ de dez. 2012  
Fonte: DIEESE. Elaboração própria.

Ano	DIEESE – Salário Mínimo/Necessário	IPEA – Salário em R\$ de nov. 2012
1994*	9,92%	287,32
1995	12,18%	287,17
1996	13,57%	299,54
1997	14,65%	307,15
1998	14,44%	319,51
1999	14,88%	322,45
2000	15,24%	333,50
2001	16,09%	363,80
2002	16,47%	373,08
2003	16,21%	375,68
2004	17,10%	389,67
2005	18,99%	416,79
2006	22,51%	475,38
2007	22,20%	504,11
2008	20,46%	519,62
2009	22,58%	557,14
2010	24,21%	586,74
2011	23,96%	587,26
2012	25,46%	638,49

\*Para 1994, os cálculos do DIEESE foram feitos a partir de julho, mês em que o salário mínimo em R\$ foi fixado.

Tabela 03 - Valores utilizados nos gráficos A e B.

Fonte: DIEESE e IPEA. Elaboração própria.

#### 4.1.2 Bolsa Família

Criado em 2003, o Bolsa Família é um programa do Governo Federal de transferência direta de renda a famílias em condições de pobreza extrema condicionada a alguns critérios, como a manutenção de crianças e jovens em escolas e com frequência mínima de 85%. Este programa teve algumas alterações entre sua criação e o final de 2012. De maneira geral, há dois tipos de alterações que foram feitas: a) Mudanças de critérios de pobreza extrema de R\$50 per capita, para R\$60 e R\$70; b) Novos critérios para concessão de benefícios para ampliar o alcance do programa às famílias em condição de extrema pobreza já que, em 2011, o Bolsa Família foi incorporado ao Programa Brasil Sem Miséria, que tem por objetivo zerar o número de famílias consideradas nestas condições (OSORIO E SOUZA, p.4)<sup>11</sup>.

Os critérios utilizados para a concessão são restritos e, evidentemente, questionáveis. Não há qualquer sentido na separação de “pobreza” e “pobreza extrema” por critérios que se baseiam exclusivamente em renda per capita e seus objetivos se limitam a fazer com que as famílias brasileiras ultrapassem um mínimo estabelecido arbitrariamente. Para os objetivos do Programa, se uma família tem renda per capita superior a R\$70 mensais, já é suficiente para que deixe de receber o benefício, embora esta renda seja muito inferior ao mínimo necessário para que se mantenham em condições normais.

Ainda assim, para dezenas de milhões de brasileiros, o Bolsa Família significa um aumento considerável na renda familiar, sobretudo entre aqueles com pior capacidade de consumo.

A própria existência do Bolsa Família e sua abrangência, com mais de 13 milhões de famílias atendidas, já demonstra a enorme quantidade de brasileiros que sobrevive com muito menos do que seria necessário. Analisado, no entanto, como um programa de redução de danos, o Bolsa Família representa um fator de aumento na renda familiar para dezenas de milhões de brasileiros e constitui um fator de compensação. Caminha no sentido de amenizar a superexploração da força de trabalho para os setores mais pauperizados da população.

---

<sup>11</sup> Todas as mudanças pelas quais passou o programa estão sintetizadas no trabalho de Osorio e Souza disponível em [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/121221\\_notatecnica14\\_disoc.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/121221_notatecnica14_disoc.pdf)

Antes da apresentação dos dados, é importante fazer uma ressalva. Algumas interpretações simplistas superestimam o Bolsa Família como grande distribuidor de renda e principal instrumento eleitoral do PT, chamando-o de “Bolsa-Esmola”, apelido carregado de preconceito contra os milhões de brasileiros miseráveis. Conforme visto no subcapítulo 4.1.1, este programa não é o principal responsável pela elevação na renda dos trabalhadores brasileiros na última década.

Além disso, o Bolsa Família não pode, tampouco, ser considerado a principal razão do sucesso eleitoral do PT, embora obviamente contribua para tal. A partir de um estudo econométrico, Shikida et al. (2009) concluem, ao tratar da reeleição de Lula em 2006 “the Bolsa Família Programme showed some evidence of positive impact on the election, but the results did not appear to be robust. Even if it were significant, the value of the estimator would be much smaller than necessary to explain Lula’s victory. ” (Shikida et al, 2009, p.7)

Ano	Total de Gastos	Índice	INPC	INPC acumulado	Índice Real	Nº de Famílias**
2004	R\$ 5.748.476.297	100	0,00%	0,00%	100	6.571.839
2005	R\$ 6.581.917.178	114	5,05%	5,05%	109	8.700.445
2006	R\$ 8.131.734.994	141	2,81%	8,00%	131	10.965.810
2007	R\$ 9.179.952.816	160	5,16%	13,57%	141	11.043.076
2008	R\$ 10.940.066.128	190	6,48%	20,93%	157	10.557.996
2009	R\$ 12.189.824.812	212	4,11%	25,90%	168	12.370.915
2010	R\$ 13.970.601.543	243	6,47%	34,05%	181	12.778.220
2011	R\$ 17.161.237.325	299	6,08%	42,20%	210	13.352.306
2012	R\$ 20.978.642.693	365	6,20%	51,02%	242	13.902.155
2013*	R\$ 22.076.153.581	384	6,00%	60,08%	240	13.581.604
* Previsão de Gastos						
** Total de famílias beneficiadas em dezembro. Para 2013, os dados são de junho.						

Tabela 04 - Total de verbas, em moeda corrente e em reais de 2004, e de Famílias Beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.

Fontes: Senado Federal e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

#### 4.2 EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA

O preço da força de trabalho, bem como de todas as outras mercadorias, é influenciado por diversos fatores causam oscilações em torno de seu valor. Um destes fatores é a relação entre a oferta e a procura. Evidentemente, quanto maior a oferta ou menor a demanda, maior a tendência à queda no preço. O inverso também é verdadeiro, quanto maior a demanda ou menor a oferta, a tendência é de elevação dos preços. Desde a perspectiva do capital, é necessário manter uma massa de trabalhadores na condição

de desemprego. De tal forma, aqueles que estão empregados ficam mais suscetíveis ao rebaixamento salarial e à submissão a piores condições de trabalho. A ameaça de desemprego é, portanto, um fator que dificulta a organização dos trabalhadores por melhores condições de emprego e renda. Marx utiliza o conceito de Exército Industrial de Reserva para descrever a massa de trabalhadores desempregados, Engels o define como:

[...] um exército industrial de reserva que, durante os momentos de maus negócios ou mediocres, é pago abaixo do valor do seu trabalho e ocupado irregularmente ou cai ainda na assistência pública, mas é absolutamente necessário à classe capitalista para os momentos de actividade particularmente viva dos negócios, como se viu de modo tangível na Inglaterra, mas que, de qualquer maneira, vale para desbaratar a resistência dos operários ocupados regularmente e manter os seus salários a baixo nível.(ENGELS, 1868).

Desde a perspectiva dos trabalhadores desempregados em um país onde não exista benefícios como o seguro-desemprego que garantam condições mínimas de vida, o desemprego é uma das formas mais graves de superexploração, já que ele se encontra em uma situação em que se vê privado até mesmo de vender sua força de trabalho. Entretanto, mesmo para o trabalhador empregado o desemprego pode ser causa de superexploração, já que corre o risco constante da demissão, o que o obriga a se submeter a trabalhos inferiores e condições de trabalho piores que as normais.

O trabalho informal tende a gerar os mesmos efeitos do desemprego, embora com impacto menor. É uma forma de burlar as leis trabalhistas. O empregador de um trabalhador informal beneficia-se amplamente por diferentes fatores: pode pagar ao trabalhador um salário inferior ao mínimo constitucional, não contribui com a Previdência Social, não precisa pagar férias, 13º salário, não tem custos com demissões, não tem nenhum custo com acidentes. Para o trabalhador, a informalização do trabalho intensifica a superexploração a partir da violação simultânea do seu fundo de consumo e do seu fundo de vida. Para o capitalista, além da vantagem de comprar diretamente força de trabalho por um preço menor, o trabalhador informal ainda cumpre basicamente a mesma função do desempregado: pressiona os salários em seu conjunto para baixo, submete os trabalhadores em regime formal – receosos de perderem seus empregos – a condições piores de trabalho e jornadas mais amplas.

O desemprego e o subemprego constituem, portanto, fatores que afetam tanto o salário quanto as condições de trabalho da classe trabalhadora e é central para que os

capitalista possam permanentemente comprar a força de trabalho por um preço inferior ao seu valor histórico-moral. Em uma nação dependente, os índices de desemprego e informalidade do mercado de trabalho tendem a levar à miséria milhões de trabalhadores.

#### 4.2.1 Desemprego e Subemprego

Dados do Censo e da PNAD indicam que, após a chegada do PT ao poder, houve uma diminuição significativa da taxa de desocupação e elevação da taxa de formalização dos empregos. Em 2002, 9,15% da População Economicamente Ativa (PEA) encontrava-se desocupada<sup>12</sup>, sendo que entre os empregados 34,14% trabalhava de maneira informal. Em 2011, a taxa de desocupação caiu para 6,72% (queda de 26,5%) e a informalização para 24,62% (queda de 27,9%).

	PEA	Ocupados	Empregados	C/ carteira	S/ carteira	Desocupados	Des./PEA	Sem Carteira
1999	81.175.749	73.345.531	37.681.753	20.120.892	12.696.987	7.830.218	9,65%	33,70%
2000	77.467.473	65.629.892	43.694.129	23.929.433	16.071.534	11.837.581	15,28%	36,78%
2001	83.243.239	75.458.172	40.932.487	22.179.855	13.876.942	7.785.067	9,35%	33,90%
2002	86.055.645	78.179.622	42.408.306	22.933.176	14.479.949	7.876.023	9,15%	34,14%
2003	87.787.660	79.250.627	43.089.178	23.704.107	14.150.431	8.537.033	9,72%	32,84%
2004	92.860.128	84.596.294	46.699.957	25.692.468	15.435.870	8.263.834	8,90%	33,05%
2005	96.031.971	87.089.976	47.985.988	27.046.296	15.448.900	8.941.995	9,31%	32,19%
2006	97.528.000	89.318.000	50.056.000	28.344.000	15.810.000	8.210.000	8,42%	31,58%
2007	97.872.000	90.786.000	52.083.000	30.189.000	15.697.000	7.086.000	7,24%	30,14%
2008	99.500.000	92.395.000	60.813.000	33.656.000	20.736.000	7.105.000	7,14%	34,10%
2009	101.073.000	92.686.000	61.537.000	34.360.000	20.539.000	8.386.000	8,30%	33,38%
2010	93.504.659	86.353.839	61.176.567	43.758.448	17.418.119	7.150.820	7,65%	28,47%
2011	100.223.000	93.493.000	56.939.000	36.233.000	14.016.000	6.730.000	6,72%	24,62%

Tabela 05 - Números absolutos e relativos de trabalhadores desocupados e informais.

Fonte: PNAD e Censo (para os anos 2000 e 2010).

<sup>12</sup>Nota metodológica: A População Economicamente Ativa (PEA) é dividida em Ocupados e Desocupados. Pode haver distorções porque aquele que não procurou de maneira efetiva emprego (jornais, conversas, entrevistas) não é considerado Desocupado. Em períodos de dificuldades para conseguir emprego, certamente o número de trabalhadores em potencial que não tomam iniciativa de procurar emprego por falta de expectativa de consegui-lo é mais elevada. Na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), divulgada anualmente pelo IBGE, é possível encontrar a população total, a PEA, o número de ocupados e desocupados.

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), entre 2003 e 2012 o saldo líquido de empregos formais no Brasil foi de 13,8 milhões. O dado mais impactante é que empregos que recebem uma faixa salarial correspondente até 2 Salários Mínimos obtiveram um saldo líquido de 17 milhões e os empregos e os empregos com faixa salarial superior tiveram queda um pouco superior a 3 milhões.

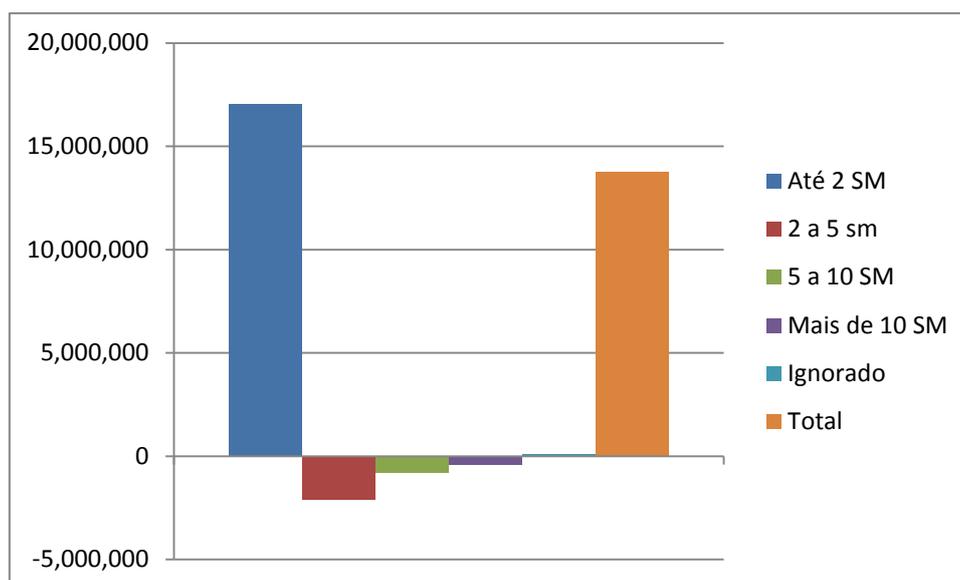


Gráfico 03 - Saldo Líquido de Empregos Formais no Brasil entre 2003-2012 por Faixa de Salário.

Fonte: CAGED

O gráfico mostra com clareza o movimento de crescimento dos empregos de menor remuneração. Uma interpretação simplista pode chegar à conclusão de que houve piora para os trabalhadores ou, ainda, favorecimento dos trabalhadores com remuneração pior em troca de piora nos empregos de remuneração superior. É importante ressaltar que a grande maioria dos empregos criados corresponde a vagas que antes não existiam ou estavam no mercado informal, de forma que, embora não possibilitem aos empregados condições razoáveis de vida, os coloca em condições muito melhores do que no mercado informal ou o desemprego.

Sobre a diminuição de empregos com remuneração acima de 2 salários mínimos, há de se considerar a valorização que o salário mínimo teve no período. Por exemplo,

um trabalhador que recebia 3 salários mínimos em 2003 vivia em condições piores do que recebendo 2 salários mínimos em 2012.

Segundo Pochmann (2012), nos empregos de remuneração de até 1,5 salário mínimo na década de 2000, apenas as profissões de serviços (6,1 milhões de novos postos de trabalho, 31% do total), comércio (2,1 milhões), construção civil (2 milhões), escriturários (1,6 milhão), indústria têxtil e de vestuário (1,3 milhões) e atendimento público (1,3 milhão) foram responsáveis por 14,4 milhões de novos empregos, ou 72,4% do total.

De maneira resumida, as taxas de desemprego e, sobretudo, de trabalho informal no Brasil comprovam a condição estrutural da superexploração da força de trabalho neste país. Houve, entretanto, melhoras consideráveis nos últimos 10 anos.

#### **4.2.2 Seguro-Desemprego**

Desde 1986 está vigente no Brasil as leis relacionadas ao Seguro-Desemprego. Atualmente, ele pode durar de 3 a 5 meses (em casos específicos pode ser prolongado), dependendo do tempo que o trabalhador ficou empregado antes de ser demitido. É pago em algumas situações como demissão sem justa causa, pescadores impedidos de trabalhar em períodos de procriação de peixes e trabalhadores resgatados de condições semelhantes à escravidão e outros<sup>13</sup>.

Basicamente, o Seguro-Desemprego tem a função de garantir o mínimo de renda ao trabalhador enquanto ele busca qualificação e/ou outro emprego. O montante pago ao trabalhador desempregado pode variar de R\$678 (um salário mínimo) até R\$1235,91, de acordo com a sua remuneração no período anterior ao pedido de seguro-desemprego. Com a valorização do salário mínimo, eleva-se também a renda mínima fornecida aos trabalhadores desempregados. Muito embora o salário mínimo esteja muito distante de fornecer o mínimo necessário ao trabalhador, há melhoria neste fator desde 2003.

Os efeitos do aumento do salário mínimo no seguro-desemprego são evidentes quando os dados são analisados. Em 2002 a média da primeira parcela do benefício recebido passou de R\$287 para homens e R\$270 para mulheres. Em 2010 passou para R\$674 para homens e R\$606 para mulheres, ou, deflacionando através do INPC

---

<sup>13</sup>Não é objetivo deste trabalho detalhar precisamente o funcionamento do Seguro-Desemprego, apenas traçar um panorama mínimo e a sua evolução nos últimos anos. Todos os detalhes relacionados ao Seguro-Desemprego estão disponíveis no site do Ministério do Trabalho e do Emprego – [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br).

acumulado no período, o benefício médio passou para R\$429,20 e R\$385,90 (reais de 2000). Ou seja, aumento de 49,55% para homens e 42,93% para mulheres<sup>14</sup>.

<b>Seguro-Desemprego</b>					
	Quantidade	Homens*	Mulheres*	Homens**	Mulheres**
2002	4.827.638,0	287	270	287,00	270,00
2003	5.018.560,0	330	306	298,97	277,22
2004	4.846.853,0	362	334	309,02	285,11
2005	5.441.059,0	405	370	329,10	300,66
2006	5.785.207,0	461	419	364,37	331,17
2007	6.225.264,0	499	455	375,05	341,98
2008	6.878.185,0	549	497	387,52	350,81
2009	7.485.205,0	619	557	419,68	377,65
2010	7.475.750,0	674	606	429,20	385,90

\*Valor Médio em R\$

\*\*Valor Médio em R\$ de 2002, deflacionado pelo INPC

Tabela 06 - Total de Beneficiados pelo Seguro-Desemprego e Remuneração Média Recebia por sexo, em moeda corrente e em R\$ de 2002.

Fonte: INPC disponibilizado pelo IPEA e o restante dos dados pelo DIEESE. Elaboração própria.

Os números mostram que, mesmo para aqueles trabalhadores desempregados que logram ser atendidos pelo benefício (número que cresceu, conforme será analisado no próximo tópico), mantém-se a situação de superexploração porque, ao serem impedidos de vender sua força de trabalho, não recebem do Governo o mínimo necessário para reproduzir sua vida e de sua família em condições normais. Entretanto, bem como o que ocorreu com o salário mínimo, observa-se uma mudança positiva para os trabalhadores, com ganhos importantes ganhos reais.

Cabe ainda assinalar que o seguro-desemprego tem um comportamento no Brasil distinto dos países centrais, reflexo do enorme contingente da população que compõe o Exército Industrial de Reserva. A elevação na procura por seguro-desemprego nos Estados Unidos, por exemplo, significa que a economia passa por uma conjuntura de piora, já que é maior o número de trabalhadores que não logra emprego. No Brasil, ocorre exatamente o contrário: cresce a quantidade de beneficiados na medida em que

<sup>14</sup>Dados disponíveis no site do DIEESE – [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br). A fonte primária é o a Coordenação Geral do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e Identificação Profissional – CGSAP – MTE.

amplia-se a quantidade de postos de trabalho formais, já que aumenta o potencial de atendidos pelo programa ao serem demitidos.

#### **4.2.3 Tempo de Procura e Tempo de Permanência no Emprego**

O tempo de procura por emprego é um indicativo das dificuldades encontradas pela classe trabalhadora, bem como o tempo de permanência do emprego. Em uma situação de aprofundamento da superexploração, tende a ser maior o tempo de procura e menor o tempo de permanência. A rotatividade de trabalhadores é um importante instrumento do capital para impedir progressão na carreira e possíveis aumentos salariais, além de que a mudança frequente dos trabalhadores dificulta a criação de vínculos orgânicos entre eles e, conseqüentemente, seu poder coletivo de barganha.

Entre 2002 e 2010 o tempo médio para conseguir um emprego em São Paulo caiu de 12 para 8 meses. A proporção de trabalhadores desempregados que estava havia mais de um ano procurando emprego caiu de 24,1% para 12,7% (praticamente a metade), enquanto a proporção dos que procuravam havia no máximo 3 meses subiu de 33,8% para 45,8% (aumento de 35,5%). Embora o tempo para conseguir o emprego esteja disponível apenas para São Paulo, o DIEESE disponibiliza dados da proporção de desempregados por tempo de procura de trabalho para outras 6 capitais<sup>15</sup>, e em todas elas a tendência é semelhante à de São Paulo.

---

<sup>15</sup>Os dados primários são da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

Período	São Paulo						
	Total	Até 1 mês	Mais de 1 até 3 meses	Até 3 meses	Mais de 3 a 6 meses	Mais de 6 meses a 1 ano	Mais de 1 ano
1985	100,0	28,6	26,8	55,4	19,0	15,7	9,9
1986	100,0	41,2	28,3	69,5	15,6	10,6	4,2
1987	100,0	42,1	29,9	72,0	16,5	9,4	2,1
1988	100,0	38,8	31,8	70,6	15,8	10,5	3,0
1989	100,0	40,8	30,4	71,2	15,7	10,2	2,9
1990	100,0	35,0	32,2	67,2	18,5	11,2	3,0
1991	100,0	31,8	31,1	62,9	19,8	13,3	4,0
1992	100,0	25,5	28,7	54,3	21,4	17,8	6,5
1993	100,0	25,5	26,4	51,9	20,3	18,6	9,2
1994	100,0	27,1	26,9	54,0	19,3	18,3	8,4
1995	100,0	29,9	29,5	59,3	18,6	15,7	6,4
1996	100,0	26,5	27,5	54,1	20,5	18,4	7,0
1997	100,0	23,5	26,0	49,4	20,6	20,0	10,0
1998	100,0	17,7	22,7	40,4	21,2	24,3	14,1
1999	100,0	14,6	19,8	34,4	18,8	25,0	21,8
2000	100,0	15,6	19,6	35,2	17,6	23,6	23,6
2001	100,0	16,9	22,1	39,0	16,9	21,8	22,3
2002	100,0	14,6	19,1	33,8	17,8	24,3	24,1
2003	100,0	13,5	18,4	31,9	18,1	24,8	25,2
2004	100,0	15,0	17,9	32,9	16,1	23,7	27,2
2005	100,0	15,1	19,6	34,7	17,0	23,6	24,7
2006	100,0	15,0	20,4	35,4	18,5	23,7	22,4
2007	100,0	16,5	20,0	36,5	18,7	24,0	20,9
2008	100,0	19,6	21,6	41,3	18,5	22,4	17,8
2009	100,0	18,2	24,4	42,5	21,1	22,4	14,0
2010	100,0	20,1	25,8	45,8	20,1	21,4	12,7

Tabela 07 - Tempo de Procura por Emprego em São Paulo, entre 1985 e 2010.  
Fonte: DIEESE.

Estes dados são condizentes com a tendência à diminuição do desemprego, de forma que está mais rápido para os trabalhadores desempregados conseguirem novos vínculos empregatícios.

O tempo de permanência no emprego não teve praticamente nenhuma mudança nos dados entre 2003 e 2009, como pode-se observar na tabela abaixo.

Período	Empregados e Trabalhadores Domésticos - Total						
	Total	Até 5 meses	6 a 11 meses	1 ano	2 a 4 anos	5 a 9 anos	10 anos ou mais
2003	49.755.914	7.552.417	4.614.012	6.969.291	12.543.308	7.910.890	10.164.374
2009	61.536.672	8.781.356	5.984.476	9.017.945	14.958.400	9.741.396	13.053.099
2003	100%	15,18%	9,27%	14,01%	25,21%	15,90%	20,43%
2009	100%	14,27%	9,73%	14,65%	24,31%	15,83%	21,21%

Tabela 08 - Tempo Médio de Permanência no Emprego no Brasil, 2003 e 2009

Fonte: DIEESE

### 4.3 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

#### 4.3.1 A Extensão da Jornada de Trabalho

Dados disponibilizados pela PED, relativos à Região Metropolitana de São Paulo indicam que entre 2002 e 2012 a jornada média passou de 44 para 42 horas semanais. Esta tendência é semelhante em outras capitais, como Belo Horizonte (de 41 para 40 horas semanais), Porto Alegre (43 para 42) e Distrito Federal (41 horas). Recife manteve a média de 44 horas e apenas Salvador registrou-se ampliação da jornada média dos trabalhadores, de 41 para 42 horas.

Na mesma lógica, a proporção de trabalhadores que cumpre jornada superior à legal caiu de em 4 capitais analisadas, mas sofreu leve inclinação nas capitais que pertencem à região nordeste. Em Salvador e Recife houve leve ampliação.

Proporção de Assalariados com Jornada Superior à legal						
	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
2002	37,6%	30,4%	33,3%	46,1%	38,7%	44,2%
2012	26,9%	24,1%	29,8%	50,9%	42,6%	30,4%
Jornada de Trabalho Média dos Assalariados						
2002	41	42	43	44	41	44
2012	40	41	42	44	42	42

Tabela 09 - Jornada Média de Trabalho e Proporção de Assalariados que Cumprem Jornadas Superiores à Legal em 6 Capitais de Estados Brasileiros, em 2002 e 2012.

Fonte: DIEESE.

Os dados da PED não permitem nenhuma conclusão definitiva, mas apontam para: a) diminuição da carga horária no país; b) ampliação das desigualdades regionais no que diz respeito às condições de trabalho, já que a piora ocorreu justamente nas

regiões que já apresentavam o cenário mais preocupante. Para uma análise geral do país, o PNAD dá uma noção mais exata da situação:

	Ocupados	Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais
2002	78.179.622	5.086.744	16.862.949	25.015.116	13.146.067	18.012.783
Proporção	100%	6,51%	21,57%	32,00%	16,82%	23,04%
2011	92.686.000	5.359.000	20.415.000	37.384.000	12.989.000	16.539.000
Proporção	100%	5,78%	22,03%	40,33%	14,01%	17,84%

Tabela 10 - Números Absolutos e Relativos de Ocupados que Cumprem Jornada Superior à Legal no Brasil, em 2002 e 2011.

Fonte: PNAD.

A proporção de trabalhadores com jornada superior à legal passou de 39,86% em 2002 para 31,85% em 2011, diminuição de 20,1% ou 8,01 pontos percentuais. Este é praticamente o aumento proporcional que teve os trabalhadores com jornadas entre 40 e 44 horas.

A extensão da jornada de trabalho acima da normalidade é uma das maneiras que o capital tem para violar o fundo de vida do trabalhador e ampliar o tempo de trabalho não-pago, constituindo uma forma superexploração. Ainda é, portanto, alarmante que quase um em cada três trabalhadores cumpram jornadas superiores à legal. De toda a forma, é necessário reconhecer uma melhora neste quesito no Brasil na última década.

#### 4.3.2 A Intensidade do Trabalho

Dentre as formas que a superexploração assume, a mais difícil de captar é o aumento na intensidade do trabalho (MARINI, 1979c). Diferente do salário mínimo ou das taxas de desemprego, não há um dado que permita analisar com precisão as alterações ocorridas nas diferentes profissões no país inteiro. O aumento da intensidade do trabalho resulta em maior produtividade, mas não é muito difícil calcular sua influência porque a elevação da produtividade pode ser fruto de inovações técnicas, por exemplo.

Segundo Luce (2013b, p.156), os acidentes de trabalho constituem um dos indicadores mais representativos para identificar a intensidade do trabalho. Um aumento na proporção de trabalhadores acidentados indica intensificação do trabalho e elevação do desgaste físico e psíquico da força do trabalho. Ainda assim, é um indicador

extremamente frágil, pois depende de fiscalização dos órgãos estatais e é, entre todos os analisados, o mais fácil para o capital omitir, sobretudo nos empregos informais.

Nas tabelas a seguir, observa-se os dados de acidentes de trabalho no Brasil, disponibilizados pelo INSS para o período 1999-2011. Este órgão possui um sistema de comunicação de acidentes denominado Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT), instrumento para que os empresas registrem ao INSS os acidentes para que este tome os procedimentos necessários. Os acidentes são divididos em 4 tipos: a) Acidentes com Comunicação de Acidentes do Trabalho (CAT)<sup>16</sup>; b) Acidentes sem CAT; c) Doenças de Trabalho; d) Acidentes de Trajeto. A partir de 2007, o INSS passou a calcular os acidentes sem CAT, que “são obtidos pelo levantamento da diferença entre o conjunto de benefícios acidentários concedidos pelo INSS com data de acidente no ano civil e o conjunto de benefícios acidentários concedidos com CAT vinculada, referente ao mesmo ano.” (INSS,2011, p.14)<sup>17</sup>. Outra mudança ocorrida em 2007 foi a inclusão de aposentados por invalidez nos critérios de acidentes de trabalho (INSS, 2011, p.10). Enquanto a primeira alteração é apresentada a partir de dados separados, o que permite isolá-los para uma análise da série histórica, a segunda alteração apenas eleva o número de acidentes com CAT a partir de 2007.

---

<sup>16</sup>O CAT é a forma pela qual os empregadores devem notificar o INSS em relação aos acidentes de trabalho. (INSS, 2011).

<sup>17</sup>Toda os detalhes dos registros e da metodologia está disponível em: [http://www.inss.gov.br/arquivos/office/1\\_130129-095049-870.pdf](http://www.inss.gov.br/arquivos/office/1_130129-095049-870.pdf) . Para este trabalho, basta observar que houve algumas mudanças metodológicas que influenciam na análise da série histórica.

Período	Típico com CAT	Trajetos com CAT	Doença de Trabalho com CAT	Sem CAT
1999	326.404	37.513	23.903	0
2000	304.963	39.300	19.605	0
2001	282.965	38.799	18.487	0
2002	323.879	46.881	22.311	0
2003	325.577	49.642	23.858	0
2004	375.171	60.335	30.194	0
2005	398.613	67.971	33.096	0
2006	407.426	74.636	30.170	0
2007	417.036	79.005	22.374	141.108
2008	438.536	88.156	18.576	202.395
2009	424.498	90.180	19.570	199.117
2010	417.295	95.321	17.177	179.681
2011	423.167	100.230	15.083	172.684

Tabela 11 – Acidentes de Trabalho por Modalidade no Brasil, 1999-2011.

Fonte: DIEESE.

Período	Total com CAT	Total	Ocupados	Com CAT/Ocupados
1999	387.820	387.820	73.345.531	0,53%
2000	363.868	363.868	65.629.892	0,55%
2001	340.251	340.251	75.458.172	0,45%
2002	393.071	393.071	78.179.622	0,50%
2003	399.077	399.077	79.250.627	0,50%
2004	465.700	465.700	84.596.294	0,55%
2005	499.680	499.680	87.089.976	0,57%
2006	512.232	512.232	89.318.000	0,57%
2007	518.415	659.523	90.786.000	0,57%
2008	545.268	747.663	92.395.000	0,59%
2009	534.248	733.365	92.686.000	0,58%
2010	529.793	709.474	86.353.839	0,61%
2011	538.480	711.164	93.493.000	0,58%

Tabela 12 – Números Absolutos e Relativos de Acidentes de Trabalho no Brasil, 1999-2011.  
Fonte: DIEESE e PNAD.

Observando os dados de acidentes de trabalho em relação ao total de trabalhadores ocupados, percebe-se que houve, entre 2002 e 2011, elevação do número relativo de acidentes de trabalho registrados no Brasil, na ordem de 14,6%. Os dados levam, portanto, à conclusão de que na última década os trabalhadores brasileiros passaram por um processo de intensificação do trabalho.

Entretanto, como observado anteriormente, a mudança metodológica influencia na elevação dos resultados. Além disso, a queda de aproximadamente 15% nos acidentes de trabalho sem registro ocorrida entre 2008 e 2011 (em 2007 os dados desta variável são apenas a partir de Abril, quando entrou em vigor a nova metodologia) pode ser um indicativo de que, conforme argumenta o Governo, realmente a fiscalização tornou-se mais rigorosa – já que diminui a proporção de casos atendidos pelo INSS que não foram devidamente registrados – embora o período seja muito curto para afirmar isto com certeza.

Ou seja, embora os dados indiquem aumento da intensidade do trabalho no Brasil, não se pode chegar a uma conclusão precisa em relação ao tema.

#### 4.4 A VIGÊNCIA DA SUPEREXPLORAÇÃO NO BRASIL

Com os dados analisados, não há outra conclusão possível além da vigência da superexploração do trabalhador no Brasil, o que mantém válidos os pressupostos teóricos trabalhados no capítulo 3. A superexploração não aparece no Brasil apenas em determinados momentos para casos isolados ou para categorias específicas, e sim de forma generalizada e permanente, como uma marca estrutural de um país dependente. Em 2012, o salário mínimo vigente no Brasil correspondeu a apenas 25,46% do necessário para a vida de uma família de 4 pessoas em condições normais, estabelecidas pela própria Constituição Brasileira (DIEESE). O salário mínimo em patamares tão baixos submete à superexploração os trabalhadores ativos, os que recebem seguro-desemprego e, ainda, os aposentados.

Esta situação é comprovada por microdados do PNAD processados pelo IPEADATA, que demonstram como, em 2009, o sexto decil mais pobre da população auferia renda média de R\$ 470,14 (R\$ de outubro de 2009) per capita. Em uma família média de 4 pessoas, base para o cálculo do salário mínimo necessário do DIEESE, corresponde a uma renda total de R\$ 1880,56, ainda inferior aos R\$ 2042,43, quantia mínima necessária na média daquele ano. Ou seja, praticamente 60% dos trabalhadores recebiam renda mensal inferior ao valor de sua força de trabalho.

O cenário é ainda mais grave quando, além dos 6,72% de desocupados (6,7 milhões) registrados no último PNAD (2011), há, entre os ocupados, uma taxa de informalidade de 24,62%. Ou seja, praticamente 30% da População Economicamente Ativa encontra-se desempregada ou na informalidade.

Entre os ocupados, praticamente um em cada três trabalhadores (31,85% em 2011) cumprem jornadas superiores à estabelecida pela lei. Ainda mais alarmante é o fato de 17,84% dos trabalhadores terem uma jornada de trabalho semanal superior a 49 horas.

As conseqüências da superexploração para a classe trabalhadora brasileira são avassaladoras. A pobreza generalizada e a miséria seguem sendo marcas estruturais do Brasil. Talvez a situação mais grave seja a de milhares de trabalhadores que vivem em condições similares à escravidão. Apenas entre 2004 e 2010, 25.696 foram beneficiados com seguro-desemprego após o resgate (DIEESE).

#### 4.5 NOVA CLASSE MÉDIA?

Nos meios acadêmicos e midiáticos brasileiros está surgindo com força a tese de que o Brasil tornou-se um país em que emerge uma “nova classe média”. Caracterizada unicamente por seu poder de compra, esta nova “classe” corresponde a um setor da classe trabalhadora que seria a maioria no país e o principal trunfo de uma década de mudanças, capaz de incluir milhões de pessoas no consumo.

O principal idealizador desta tese é Marcelo Neri (2011) que foi – logo após lançar seu livro “A Nova Classe Média: O Lado Brillhante da Base da Pirâmide” – indicado pela Presidente Dilma para assumir o IPEA e assumiu grande protagonismo na discussão do tema. Diferentes autores e órgãos têm se dedicado a este tema desde a perspectiva governista. Não ocasionalmente, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), vinculada à Presidência, tem em seu site uma sessão especial para divulgar material que sai na mídia em relação a este tema. Além disso, a SAE também publicou extensos materiais próprios relacionados a esta “nova classe média”.

Para Neri, as “classes econômicas” se dividem da seguinte forma:

	Inferior	Superior
Classe E	R\$ 0,00	R\$ 751,00
Classe D	R\$ 751,00	R\$ 1.200,00
Classe C	R\$ 1.200,00	R\$ 5.174,00
Classe AB	R\$ 5.174,00	

Tabela 13 - Definição das classe econômicas. Renda domiciliar total de todas as fontes. Limites (preços de 2011).

Fonte: NERI, 2011.

O autor defende que “Os cortes escolhidos são os que melhor distinguem os grupos a fim de tornar os menores possíveis as diferenças internas desses grupos de renda e em contrapartida maximizar as diferenças entre estes grupos” (NERI, 2011, p.20). A partir daí demonstra como a última década foi marcada por grande crescimento da classe C, que representa ascensão de vida e esperança para milhares de trabalhadores brasileiros que ampliaram seu poder de compra.

Ora, uma família que possui renda total entre R\$1200 e R\$5174 pertence à classe C ou nova classe média. Ou seja: uma família que recebe o teto desta classe auferir renda mais do que 4 vezes superior em relação à que recebe o piso! Como pode-

se argumentar que a intenção é diminuir as diferenças internas com a escolha de um grupo tão heterogêneo quanto a “classe C”? A escolha do autor é, claramente, a oposta à que defende ter sido utilizada e provoca um inchaço da “nova classe média”.

Esta divisão não se sustenta à menor análise da realidade, nem mesmo às que faz Neri em sua obra. O autor afirma, por exemplo, que “ser nova classe média é também consumir serviços públicos de melhor qualidade no setor privado, aí incluindo colégio privado, plano de saúde e o produto prêmio, que é a previdência complementar” (NERI, 2011, p. 19). Esta situação talvez seja da parcela com maior renda da classe C, mas certamente é absolutamente irreal para uma família de “classe média” que recebe R\$1200 mensais, ou praticamente a metade do que seria necessário para manter-se em condições normais.

Fica ainda mais clara a intenção do autor na seguinte passagem do texto:

Nova classe media foi o **apelido** que demos à classe C há anos.  
[...]

**Nova classe média dá o sentido positivo e prospectivo** daquele que realizou – e continua a realizar – o sonho de subir na vida [...] Nova Classe Média não é definida pelo ter, mas pela dialética entre ser e estar olhando para a posse de ativos e para decisões de escolha entre o hoje e o amanhã” já que “**Chamar a pessoa de classe C soava depreciativo**, pior do que A ou B, por exemplo.(NERI, 2011, p. 18, grifos meus).

Em resumo: muito menos pretensioso do que seria a utilização um conceito para a explicação da realidade, Neri usa um **apelido** com sentido “positivo”, em contraposição à utilização de classe C, que soava “depreciativo”. É com a intenção de tornar os conceitos mais otimistas que este apelido foi criado, da mesma forma como foram incluídos na “classe C” milhões de trabalhadores em condições precárias de vida, sob o argumento de que está realizando “o sonho de subir na vida”.

Infelizmente, não é a intenção do autor nem os “apelidos” que cria para descrever a realidade que tornam a vida da classe trabalhadora melhor ou pior. Uma família submetida a salários abaixo do necessário, ao emprego informal, a condições precárias de trabalho e jornadas extenuantes vive em condições de superexploração. Apelidar a parcela da classe trabalhadora que possui condições um pouco melhores de consumo de nova classe média não melhora sua condição de superexplorada e não tem qualquer relevância científica.

É necessário estudar as melhorias na capacidade de consumo da classe trabalhadora brasileira e Neri traz elementos importantes para tal em todo seu livro. Entretanto, é justamente para ser rigoroso nesta análise que este **apelido** – central para a análise de Neri e demais governistas – deve ser categoricamente rejeitado. Serve apenas de propaganda e ocultação da superexploração que atinge a grande massa da população brasileira e da imensa desigualdade que marca o Brasil. Sua obra parte de um pressuposto real – a elevação na renda da classe trabalhadora – e constitui uma excelente fonte de dados porque processa diretamente microdados de pesquisas como o PNAD. As conclusões que às quais chega o autor carecem, no entanto, de análise científica.

É possível, mesmo partindo desta concepção de classe, combater a tese da “nova classe média”. Ainda sim é necessário, pelas conseqüências que tem, refutar também esta separação em “classes econômicas”. Utilizar o conceito de classe para separar a população com base na renda, e não baseada na sua posição na esfera de produção e na forma como se apropria da riqueza social, resulta em outra confusão que, na prática, funciona para ocultar a relação de exploração entre classes no capitalismo. É justamente a partir desta divisão de classes por renda que Neri chega ao absurdo de afirmar que “a nova classe média também é a classe dominante, do ponto de vista econômico, pois concentra 46,6% do poder de compra dos brasileiros em 2011, superando as classes A e B, estas com 45,6% do total do poder de compra”(NERI, 2011, p.29).

A classe C concentra a maior parte da renda se considerarmos apenas aquela proveniente do trabalho o que, ainda assim, não seria suficiente para caracterizá-la como dominante. Neri ignora a parcela da renda apropriada pela burguesia – a verdadeira classe dominante – sob a forma de juros, renda ou lucro que se concentra em poucas mãos, sobretudo em um país dependente.

No capitalismo, a classe trabalhadora – independente de sua renda – jamais será dominante em relação à burguesia sob qualquer perspectiva, critério ou ponto de vista.

#### 4.6 ABRANDAMENTO DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Marini não descreve em nenhum momento formas de calcular a superexploração do trabalhador. Não é ocasional, a superexploração inclui fatores diversos, desde o rebaixamento salarial até condições de trabalho e de vida do trabalhador. É impossível

calcular se a superexploração é “pior” para um trabalhador que recebe salários abaixo do necessário ou para aquele que tem jornadas mais longas.

Ainda assim, de forma subjetiva, é possível analisar se há agravamento ou abrandamento na superexploração em determinado país e momento histórico. Marini o faz, por exemplo, para analisar a segunda metade da década de 60 no Brasil. Neste período, o autor defende que “El recurso a la productividad del trabajo, como método de extracción de plusvalía, no es algo que está por venir, cuando se agote la posibilidad de extraerla sobre la base de la superexplotación, sino que ha sido justamente porque ya se utiliza ampliamente que **la superexplotación en Brasil se ha agravado.**” (MARINI, 1979a, grifos meus).

Em debate contra as teses reformistas do PCB sobre o papel da Burguesia Industrial nos países dependentes, Marini é categórico: “El desarrollo capitalista integrado acrecienta, pues, el divorcio entre la burguesía y las masas populares, **intensificando la superexplotación a que éstas están sometidas** y negándoles lo que representa su reivindicación más elemental: el derecho al trabajo.” (MARINI, 2012, p.62, grifos meus).

Outros autores que utilizam a Teoria Marxista da Dependência como marco teórico também fizeram este esforço para diversas situações. Jaime Osorio (2012) o faz para analisar o neoliberalismo na América Latina: “latasa de explotación y de superexplotación se ha **incrementado**” (OSORIO, 2007, p.23, grifos meus). De forma semelhante, Carcanholo afirma que o neoliberalismo “ampliou ainda mais a superexploração” (CARCANHOLO, 2011, p.101, grifos meus) na região.

Uma vez constatada a vigência da superexploração do trabalhador no Brasil atual, o objetivo principal deste trabalho é compreender seus movimentos de agravamento e abrandamento.

Atualmente, destacam-se as contribuições de Mathias Luce (2012, 2013a, 2013b) no que diz respeito à atualidade da superexploração no Brasil. O autor traz com muita precisão o debate em relação ao conceito e suas implicações em nosso país e exemplifica as novas formas como a superexploração tem se manifestado. Equivoca-se, entretanto, na avaliação do movimento geral quando defende que:

Ainda que possa ter havido uma melhora do poder de compra do salário mínimo comparado ao preço da cesta básica no cenário brasileiro da década de 2000; ao cumprir jornadas de trabalho mais longas, ao ter de submeter-se a ritmos de produção mais intensos, ao não ter reconhecida

a atualização do valor histórico-social da força de trabalho no pagamento recebido pelo seu trabalho, a classe trabalhadora brasileira vive, na verdade, uma fase **de aumento da superexploração nos anos Lula**. (LUCE, 2012, p.137, grifos meus).

Repete o equívoco quando, na conclusão de outro artigo, afirma que “Do exposto até aqui, pode-se extrair algumas conclusões a respeito do **incremento da superexploração** no Brasil da última década” (LUCE, 2013a, p. 186. Grifos meus.).

O período e os critérios sugeridos por Luce são semelhantes aos utilizados neste trabalho e demonstram exatamente o oposto do que conclui o autor. Houve, na verdade, um abrandamento da superexploração no Brasil na última década. De maneira resumida, os critérios utilizados e as respectivas interpretações foram os seguintes:

i) Salário Mínimo:

Luce observa corretamente o aumento do salário mínimo e o aumento na capacidade de consumo da classe trabalhadora, fato que vai exatamente na direção oposta de agravamento da superexploração. O autor observa como na verdade este aumento corresponde a uma recuperação das perdas nas décadas anteriores.

ii) Extensão da Jornada:

Luce alerta sobre a proporção de trabalhadores que cumprem jornada de trabalho maiores do que a normal e conclui que “O prolongamento da jornada de trabalho e a intensidade do trabalho são duas formas de superexploração que têm se agudizado nos últimos anos” (LUCE, 2012, p. 126). Entretanto, **os dados que o próprio autor utiliza demonstram que houve redução na proporção de trabalhadores com jornadas superiores à legal**. Embora Luce trabalhe com dados que vão apenas até 2006, a tendência de diminuição da proporção de trabalhadores com jornadas superiores à legal se mantém para os anos seguintes, conforme observado no terceiro capítulo deste trabalho. Embora os dados ainda evidenciem superexploração, indicam também que houve melhoras nesta variável o que constitui, portanto, um elemento de abrandamento da superexploração no país.

iii) Intensidade do Trabalho

Luce observa mudanças na quantidade total de acidentes de trabalho. O total de acidentes passa, conforme visto anteriormente, de 393.071 em 2002 para 747.663 em 2008. Sem a mudança de metodologia que ocorreu no período (passou a incluir aposentadorias por invalidez a partir de 2007), o número de acidentes total seria 545.268, ou 40% de aumento – resultando em considerável agravamento da superexploração. Entretanto, o que importa não é o número total de acidentes, e sim o relativo. Utilizar dados absolutos faz com que uma ampliação do número de empregos e, conseqüentemente, do número de acidentes total de trabalho, seja interpretado como aumento de intensidade, e isto não é necessariamente verdadeiro.

Nos dados relativos ao total de ocupados no país, há um pequeno aumento (0,5028% em relação ao total de ocupados em 2002 e 0,576% em 2011), que ainda pode ser explicado pelo aumento na fiscalização, como argumenta o Governo. Luce conclui corretamente que os dados indicam piora nas condições de trabalho no Brasil, o que corresponde a incremento da superexploração da força de trabalho. São, entretanto, indícios frágeis (já que podem ser explicados por melhoria na fiscalização), e quando são analisados os dados relativos, ao invés de absolutos, registra-se um aumento de 14,55%, e não de 40% segundo os critérios que o autor utiliza.

Por fim, Luce ainda afirma que houve aumento no valor histórico-moral da força de trabalho sem a respectiva elevação do salário e que reside aí a explicação para o aumento do endividamento familiar, o que seria mais uma demonstração do incremento da superexploração – já que as famílias são obrigadas a comprometer uma parcela da sua renda futura para consumir bens que antes não eram necessários na sociabilidade capitalista e passaram a ser.

Este é um tema que merece atenção porque é a forma mais complexa de superexploração (corresponde à quarta forma descrita no segundo capítulo deste trabalho). Em primeiro lugar, a metodologia utilizada pelo DIEESE para calcular o salário mínimo necessário (uma aproximação do valor da força de trabalho) demonstra que o salário mínimo real teve crescimento muito superior ao mínimo necessário. O argumento é, portanto, de que há incorporação de novos valores-de-uso na cesta de bens que não é captada pelo cálculo do DIEESE. Embora este seja um tema que mereça ser

estudado mais profundamente, dada a alarmante elevação do endividamento familiar, o argumento do autor de que isto significa aprofundamento da superexploração carece de comprovação.

O fato de a superexploração ser estrutural em um país dependente como o Brasil não significa que a situação dos trabalhadores vai piorar em todos os momentos históricos. Não há nenhum dado relevante sobre o movimento geral da capacidade de consumo ou das condições de trabalho que permitam concluir que houve agravamento da superexploração da força de trabalho no Brasil. Justamente o contrário, de todos os elementos analisados em relação às condições de trabalho e à remuneração da classe trabalhadora, apenas um permaneceu sem grandes alterações nos últimos 10 anos (tempo de permanência no trabalho), apenas um registrou pequena piora (intensidade do trabalho), que é o mais dado mais frágil porque depende do rigor na fiscalização de acidentes de trabalho. Todos os outros apresentaram melhoras significativas nas condições de vida da classe trabalhadora – Bolsa Família, salário mínimo, desemprego, subemprego, seguro-desemprego, extensão da jornada e tempo de procura por emprego. Os dados levam à conclusão oposta à de Luce. Houve, na realidade, abrandamento da superexploração da força de trabalho na última década.

É importante ressaltar ainda duas questões. A primeira é que o abrandamento não elimina que no Brasil a superexploração esteja assumindo novas formas. Luce demonstra como o crescimento da geração de empregos precarizados, que tem como exemplo mais marcante o telemarketing, corresponde a novas formas renovadas de superexploração da força de trabalho (LUCE, 2013a, p.181). É natural que o trabalho e, portanto, a superexploração, assumam novas formas de acordo com as mudanças próprias do capitalismo. Entretanto, ainda que isso seja verdadeiro, novas formas não significam necessariamente formas mais agudas de superexploração, sobretudo porque o recente crescimento de empregos precarizados é exatamente fruto da criação de vagas que antes não existiam. Em outras palavras, o saldo positivo de 14 milhões de postos de trabalho legais com remuneração de até 2 salários mínimos ocupam trabalhadores que antes encontravam-se no desemprego ou informalidade. Em uma conjuntura de valorização do salário mínimo, é um grande equívoco assumir que este fato significa aprofundamento da superexploração da força de trabalho. A importância que este tema assume é na avaliação os limites de manutenção desta política de ampliação de empregos baseados em postos precarizados e de baixa remuneração.

A segunda questão é que afirmar que houve abrandamento da superexploração no Brasil não é ignorar que em determinados setores ou regiões houve piora na remuneração ou nas condições de trabalho. Há diversos exemplos de profissões e regiões que passaram por processos de recrudescimento da superexploração da força de trabalho. Korello & Neves (2010-11), por exemplo, são impecáveis ao tratar da intensificação superexploração no setor bancário. O abrandamento da superexploração é um movimento geral do Brasil na última década, mas marcado por singularidades regionais e setoriais que devem ser estudadas com atenção.

O otimismo propagado pelo Governo e pela maior parte da academia brasileira, que cumpre a função de ocultar as imensas desigualdades sociais que existem no Brasil, deve ser desmistificado a partir de uma análise profunda da realidade brasileira e é a este desafio que Luce se propõe ao resgatar a TMD e a centralidade da superexploração no Brasil. O autor, no entanto, faz um grande esforço para justificar que houve incremento da superexploração da força de trabalho no Brasil na última década baseando-se em um dado interpretado de forma equivocada (extensão da jornada de trabalho) e dois dados frágeis (acidentes de trabalho e uma suposta elevação do valor da força de trabalho sem atualização). Além disso, ignora algumas evidências de melhora nas condições de trabalho e remuneração da classe trabalhadora, sobretudo em relação ao Exército Industrial de Reserva. Para uma análise concreta das condições de trabalho e renda da classe trabalhadora, não se pode ignorar os índices de desemprego e subemprego, fundamentais para a vigência da superexploração da força de trabalho nos países dependentes.

A falha desta tese não é apenas a interpretação dos dados, mas principalmente sua incapacidade de explicar a atual situação da classe trabalhadora e o prestígio que o PT tem entre as massas trabalhadoras (organizadas ou não) no Brasil atualmente, sobretudo entre as camadas da população mais pauperizadas.

Por fim, o abrandamento da superexploração da força de trabalho que se observa na última década não deslegitima a TMD. Muito pelo contrário, é exatamente a partir de seu resgate e atualização que será possível compreender quais fatores possibilitaram à burguesia, sem qualquer mudança estrutural, fazer concessões à classe trabalhadora em troca de estabilidade política para seguir a acumulação capitalista o Brasil e, principalmente, quais são os limites desta complexa política.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir que, embora siga vigente e estrutural no Brasil, a superexploração da força de trabalho passou por um processo de amenização nos últimos 10 anos, pode levar a conclusões precipitadas e à defesa da retórica oficial. Na prática, esta conclusão pressupõe a possibilidade de existir, dentro do capitalismo dependente, uma “visão social” que permita amenizar a miséria à qual as massas trabalhadoras são submetidas, mantendo os mecanismos de transferência de valor. Pode levar, ainda, à conclusão de que o Brasil está assumindo uma nova posição na Divisão Internacional do Trabalho, deixando de ser uma nação periférica, o que permitiria à burguesia brasileira realizar concessões à classe trabalhadora sem comprometer a acumulação de capital.

O objetivo desta monografia passa longe de ser legitimar estas teses, e por isso trabalharemos brevemente elementos que tratam destes dois temas.

A segunda questão – de que o Brasil está assumindo uma nova posição na Divisão Internacional do Trabalho – foi colocada em pauta em uma longa entrevista que Maria Conceição Tavares concedeu à folha em 2010. Basicamente, a afirmação da economista é de que “Houve uma mudança radical da divisão internacional do trabalho, na qual nós estamos bem colocados porque a gente exporta para todo mundo”(ANTUNES, 2010). O equívoco de Conceição Tavares foi muito bem trabalhado por Nildo Ouriques, ao afirmar que “O fato de o Brasil destinar aos Estados Unidos apenas uma parte pequena de suas exportações não muda em absolutamente nada a posição do país na adversa divisão internacional do trabalho. De fato, o Brasil exporta produtos agrícolas e minerais para muitos países do mundo sem que supere o subdesenvolvimento e a dependência; ao contrário, se pode afirmar que esta é uma das razões pelas quais seguimos no atoleiro do subdesenvolvimento”(OURIQUES, 2010). Não se pode concluir que o Brasil mudou de posição na Divisão Internacional do Trabalho tendo como critério os países que compram nossa produção. Conforme observado no capítulo 3 desta monografia, a transferência de valor a nível internacional ocorre, em primeiro lugar, a partir da diferença de produtividade entre os países, que se expressa na pauta de exportações de cada. Os dados fornecidos pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) vão no caminho contrário à tese de que o Brasil se encontra melhor situado. Na realidade, apontam que o Brasil aprofundou sua situação de país primário-exportador na última década, conforme tabela abaixo:

	Participação no Total de Exportações		
	Básicos	Semimaf.	Manuf.
2001	26,4	14,2	56,5
2002	28,1	14,9	54,7
2003	29,0	15,0	54,3
2004	29,6	13,9	54,9
2005	29,3	13,5	55,1
2006	29,2	14,2	54,4
2007	32,1	13,6	52,3
2008	36,9	13,7	46,8
2009	40,5	13,4	44,0
2010	44,6	14,0	39,4
2011	47,8	14,1	36,3
2012*	46,4	13,1	38,0

\* Apenas até abril

Tabela 14 - Exportação Brasileira por Fator Agregado, entre 2001 e 2012.  
Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O que ocorre na realidade, independente dos países importadores da nossa produção, é que na última década o Brasil aprofundou seu caráter primário-exportador.

Além disso, restaria a possibilidade do Governo Federal ter combatido firmemente outras formas de transferência de valor, nas esferas produtivas e financeiras. Pelo contrário, nestes 10 anos o PT abandonou seu caráter radical e implementou uma política econômica semelhante à de FHC, baseada no sagrado tripé: superávit fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante. É evidente o adiamento *ad eternum* (ou, na retórica governista, até que a correlação de forças permita) de reformas estruturais necessárias ao país, defendidas pelo PT antes de chegar ao poder. É um partido que, nas palavras do Ministro da Educação Aloízio Mercadante, abdicou de realizar rupturas estruturais no país.

Este fato se manifesta pode ser abordado de diversas formas, como por exemplo as mudanças no programa e alianças que fez o PT (SINGER, 2012), as mudanças de posicionamentos das diversas correntes que compõe internamente o Partido e a correlação de forças interna (DO AMARAL, 2010), ou analisando as políticas de diferentes áreas aplicadas pelo Governo (PASSARINHO, 2010) – em que o caráter conservador do Governo fica explícito, embora com alguns aspectos progressistas em determinadas áreas.

Entre os diversos pontos que podem ser trabalhados, o fundamental para a continuidade deste trabalho é referente à manutenção da estrutura dependente brasileira e, portanto, da causa da superexploração da força de trabalho: a transferência de valor em direção aos países centrais. De diversas formas isto se manifesta, sobretudo na manutenção da desregulamentação da movimentação de capitais, que concede todas as facilidades para repatriação de capital acrescido de lucro. Além disso, é central para o Governo a continuidade da política privatista para setores estratégicos e de interesse nacional, como o petróleo e a mineração.

Partindo do pressuposto de que não houve nenhuma ruptura fundamental com a estrutura dependente, chega-se, portanto, a uma aparente contradição: i) A dependência caracteriza-se essencialmente pela transferência de valor produzido nos países dependentes e apropriado pelos países centrais, tendo como consequência compensatória a superexploração; ii) Nos últimos 10 anos houve manutenção da estrutura que permite a transferência de valor; iii) No mesmo período, houve abrandamento da superexploração da força de trabalho.

Entretanto, como afirma Kosik,

as formas fenomênicas da realidade [...] são diferentes e muitas vezes contraditórias à lei do fenômeno, à estrutura da coisa e, portanto, com o seu núcleo interno essencial e o seu conceito correspondente (KOSIK, 1969. p.10).

A questão torna-se, portanto, complexa. Se Marini está correto quando afirma que “o fundamento da dependência é a superexploração”(MARINI, 2005b, p.194), quais fatores conjunturais permitiram que – mantida a estrutura de transferência de valor – a forma fenomênica (melhora no fundo de vida e consumo da classe trabalhadora) tenha sido contrária à essência na última década?

Em primeiro lugar, é preciso ter claro que a superexploração se manifesta concretamente a partir da “tendência de queda permanente dos preços da força de trabalho em relação ao seu valor”(CARCANHOLO, 2011, p.101, grifos meus) assumindo diversas formas já abordadas neste trabalho.

Recapitulando os pressupostos trabalhados no capítulo 2: a parcela do excedente social destinada aos trabalhadores é fruto do choque de interesses e apresenta, dada a composição de classes de um país dependente e suas necessidades de acumulação, tendência à queda permanente do preço da força de trabalho em relação ao valor. Resta,

portanto, assinalar quais são os fatores que interessam à burguesia estabelecida no poder que possibilitam, em determinados momentos, concessões à classe trabalhadora sem prejuízos para a acumulação de capital. Há basicamente três aspectos que devem ser trabalhados: a) o consumo da classe trabalhadora, embora não seja o determinante para a realização da produção, permite que os setores burgueses Ia e IIa (rever capítulo 2) possam ampliar sua produção, desde que não coloquem em risco os lucros dos setores exportadores e financeiros; b) do ponto de vista ideológico – e sua maior expressão é o apelido “nova classe média” – a ampliação da renda e melhores condições de emprego alimentam nas massas miseráveis a expectativa de que é possível, em um país dependente, ascender socialmente e garantir condições mínimas de vida; c) como consequência do ponto anterior, possibilita à burguesia manter a acumulação de capital sem qualquer mudança estrutural e, ainda, com a manutenção da estabilidade política. Este ponto pode ser resumido pela expressão mais simbólica do que representou a ascensão do PT ao poder: “Lula paz e amor”.

Esta “visão social” da burguesia brasileira aparece, entretanto, apenas em determinados momentos em que não compromete a acumulação de capital. Seguindo a linha de pensamento de Marcelo Carcanholo, é possível identificar os primeiros elementos que permitem que, apenas em determinadas conjunturas, o fenômeno apareça no sentido contrário à tendência de ampliação da superexploração:

Relacionado aos condicionantes estruturais da dependência está o contexto internacional. Em momentos de expansão da economia mundial cresce a demanda pelas exportações das economias periféricas. Quando o ciclo de liquidez internacional está em alta, passa a existir crédito abundante nos mercados internacionais e, via de regra, com taxas de juros reduzidas. **Nesse contexto internacional favorável, ainda que continuem operando os condicionantes estruturais da dependência, existe certa margem de manobra para as economias dependentes.**(CARCANHOLO, 2011, p.102. Grifos meus).

A conjuntura externa, com alta liquidez financeira internacional e crescimento do preço das principais commodities de exportação brasileiras permitem que a burguesia brasileira mantenha a acumulação de capital típica de um país dependente e, paralelamente, conceder alguns benefícios à classe trabalhadora. Na tabela abaixo, pode-se observar a evolução nos preços da soja e do minério de ferro, principais produtos de exportação do Brasil

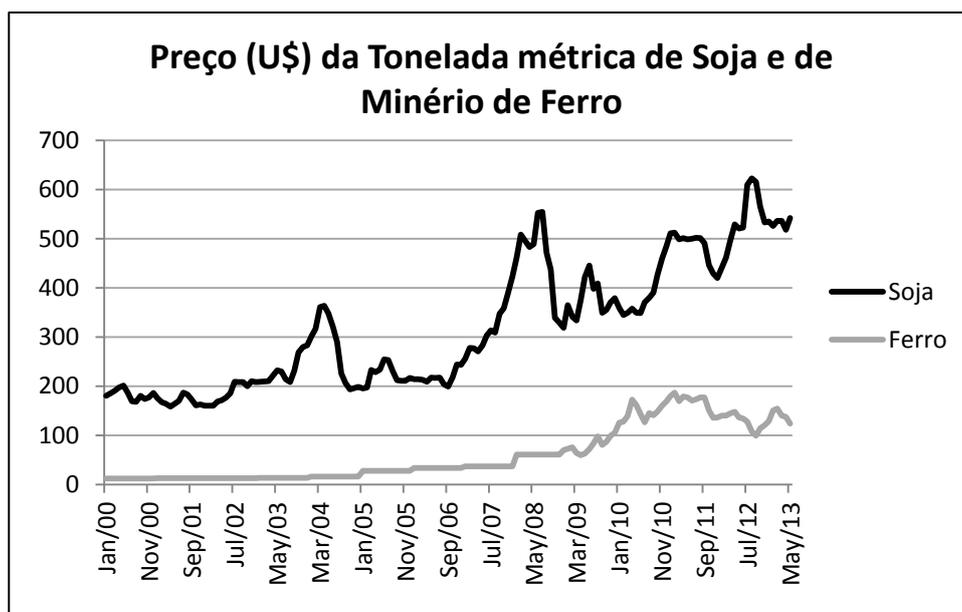


Gráfico 04 - Preço trimestral, em dólares, de uma tonelada métrica de soja e de minério de ferro, entre 2000 e 2013.

Fonte: Index Mundi.

O impacto da conjuntura internacional na balança comercial brasileira é evidente pois, embora nossa pauta de exportação seja cada vez mais típica de um país dependente, a evolução dos preços foi favorável ao Brasil. A realidade é que nos últimos anos, a tendência à diminuição dos preços dos produtos de exportação brasileiros em relação ao de importação não ocorreu (OURIQUES, 2011). Ocorreu justamente o contrário, aumento mais do que proporcional dos preços de exportação dos produtos brasileiros. Os dados demonstram como o enorme saldo comercial logrado pelo Brasil desde 2000, chegando a 130 bilhões de dólares apenas somando os anos entre 2005 e 2007.

	<b>Exportações</b>	<b>Importações</b>	<b>Saldo Comercial</b>
2000	55,1	55,9	-0,7
2001	58,3	55,6	2,7
2002	60,4	47,2	13,2
2003	73,2	48,3	24,9
2004	96,7	62,8	33,8
2005	118,5	73,6	44,9
2006	137,8	91,4	46,5
2007	160,6	120,6	40,0
2008	197,9	173,0	25,0
2009	153,0	127,7	25,3
2010	201,9	181,8	20,1
2011	256,0	226,2	29,8

Tabela 15: Total de Exportações, Importações e Saldo Comercial no Brasil. 2000-2011  
Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Theotonio dos Santos afirma que “A história das economias e sociedades dependentes se divide entre as pressões para se ajustar a essas demandas [referindo-se à demanda por matérias-primas, produtos agrícolas e alguns produtos industriais] e as tentativas de escapar a esta sorte”, de forma que aquelas que melhor se ajustaram “viveram grandes auges econômicos”, embora ainda assim não tenham iniciado um processo autônomo de crescimento e tenham permanecido, portanto, em desvantagem. E, da mesma forma como se ajustaram às demandas internacionais, “submeteram-se, em geral, a uma sorte ingrata quando as suas riquezas se esgotaram ou quando mudou a orientação da demanda dos centros dominantes” (DOS SANTOS, 1994, p. 14).

A imagem de um país “bem comportado” corresponde precisamente ao sucesso no ajuste do país às demandas internacionais, que permitiram à burguesia amenizar minimamente as péssimas condições de vida da maioria do povo brasileiro. Os limites da manutenção deste “capitalismo com visão social” encontram-se, justamente, na principal debilidade de toda economia dependente – a determinação externa de sua dinâmica interna. A crise capitalista que eclodiu em 2008 já impactou drasticamente na balança comercial brasileira e seus desdobramentos podem significar um dos pontos de esgotamento da política implementada pelo PT na última década.

Aprofundar os estudos nestes dois temas que apenas introduzimos aqui – a transferência de valor e a conjuntura internacional que permitiu o abrandamento da superexploração da força de trabalho no Brasil – constitui atualmente o principal desafio teórico para a compreensão da complexa e contraditória realidade brasileira.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Cláudia. “Não tem mais centro e periferia”, afirma Maria da Conceição.

**Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 set. 2010. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/797136-nao-tem-mais-centro-e-periferia-afirma-maria-da-conceicao.shtml>>. Acesso em: 10 mai. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:**

promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Integração regional dentro de uma estratégia alternativa de desenvolvimento. In: MATTEI, Lauro. **América Latina no limiar do século XXI**. Florianópolis: Insular, 2011.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e Dependência**: Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013, p. 71-98.

COUTO, Joaquim Manuel et al. Desemprego tecnológico: Ricardo, Marx e o caso da indústria de transformação brasileira (1990-2007). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 02, p. 299-327, ago. 2011.

DIEESE. **Cesta básica Nacional**: Metodologia. 1993. Disponível em:

<[www.dieese.org.br/metodologia/metodologiacestabasica.pdf](http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiacestabasica.pdf)>. Acesso em: 15 Maiode2013.

DIEESE. Política de Valorização do Salário Mínimo: Salário mínimo de 2013 será de R\$ 678,00. **Nota Técnica**, São Paulo, n. 118, p. 01-11, dez. 2012. Disponível em:

<[www.cut.org.br/sistema/ck/files/nt%20118%20dez%202012%20salariominimo2013.pdf](http://www.cut.org.br/sistema/ck/files/nt%20118%20dez%202012%20salariominimo2013.pdf)>. Acesso em: 19 Maio de 2013.

DO AMARAL, Oswaldo Martins Estanislau. **As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009**. 2010. 306 p. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

DOS SANTOS, Theotonio. **Evolução Histórica do Brasil**: da Colônia à Crise da Nova República. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

ENGELS, Friedrich. O Capital de Karl Marx. 1868. Disponível em:

<<http://www.marxists.org/portugues/marx/1868/03/28-ga.htm>>. Acesso em: 01 mai. 2013.

FRANK, André Gunder. **Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina**. Ciudad de México: Siglo XXI, 1974.

INSS. **Anuário estatístico sobre os acidentes de trabalho**. 2011. Disponível em: <[www.inss.gov.br/arquivos/office/1\\_130129-095049-870.pdf](http://www.inss.gov.br/arquivos/office/1_130129-095049-870.pdf)>. Acesso em: 19 de Maio de 2013.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Editora Centauro, 2008.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: Nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 01, p. 169-190, jan.-abr./2013

LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e Dependência**: Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013, p. 145-166.

LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, n. 32, p. 119-141, jun. 2012.

KORELLO, Yuri; NEVES, Lafaiete Santos. A superexploração da força de trabalho no setor bancário brasileiro. In: NEVES, Lafaiete Santos (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini. Curitiba: Editora CRV, 2012, p. 127-144.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (Orgs.) **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. Sobre a Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (Orgs.) **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. **El ciclo del capital en la economía dependiente**. 1979. Disponível em: <[http://www.marini-escritos.unam.mx/008\\_%20ciclo\\_es.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/008_%20ciclo_es.htm)>. Acesso em: 01 mai. 2013.

MARINI, Ruy Mauro. **Plusvalíaextraordinaria y acumulación de capital**. 1979. Disponível em: <[http://www.marini-escritos.unam.mx/009\\_plusvalia\\_es.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/009_plusvalia_es.htm)>. Acesso em: 01 mai. 2013.

MARINI, Ruy Mauro. **Las razones del neodesarrollismo**: respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra. 1979. Disponível em: <[http://www.marini-escritos.unam.mx/007\\_neodesarrollismo\\_es.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/007_neodesarrollismo_es.htm)> Acesso em: 01 mai. 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política, livro terceiro: O processo global de produção capitalista. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008. v. 4.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política, livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Civilização Brasileira, 2012. v. 1.

MARX, Karl. **Para a crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MATTEI, Lauro. Políticas públicas de combate à pobreza no Brasil: o caso do programa Bolsa Família. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, n. 33, p. 147-176, out. 2012.

NERI, Marcelo Cortês. **A Nova Classe Média**: o Lado Brilhante da Base da Pirâmide. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

OLIVA, Aloízio Mercadante. **As Bases do Novo-Desenvolvimentismo no Brasil**: Análise do Governo Lula (2003-2010). 2010. 508 p. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

OSORIO, Jaime. **Crítica de la economía vulgar**: Reproducción del capital y dependencia. Ciudad de México: UNAM, 2004.

OSORIO, Jaime. Dependência e Superexploração. In: SADER, Emir; DOS SANTOS, Theotonio (Orgs.). **América Latina e os Desafios da Globalização**: Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio, 2009.

OSORIO, Jaime. Entre la explotación redoblada y la actualidad de la revolución: América Latina hoy. **Nueva época**. Ciudad de México, Año 20, n. 24. p 11-34. mai./ago. 2007.

OSORIO, Jaime. Fundamentos da Superexploração. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e Dependência**: Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013, p. 49-70.

OSORIO, Rafael Guerreiro; DA SOUZA, Pedro H. Ferreira. **O Bolsa Família depois do Brasil Carinhoso**: uma análise do potencial de redução da pobreza extrema. Brasília: IPEA, 2012. 16 p. (Nota técnica n. 14).

OURIQUES, Nildo. A crise capitalista mundial e a periferia latino-americana. In: MATTEI, Lauro. **América Latina no limiar do século XXI**. Florianópolis: Insular, 2011.

OURIQUES, Nildo. De renúncias e tradições - a propósito de Maria da Conceição Tavares. **Correio da Cidadania**, Aruarama (RJ), 25 nov. 2010. Disponível em: <[http://www.correiocidadania.com.br/index2.php?option=com\\_content&task=view&id=5235&pop=1&page=0&Itemid=9](http://www.correiocidadania.com.br/index2.php?option=com_content&task=view&id=5235&pop=1&page=0&Itemid=9)>. Acesso em: 10 mai. 2013.

PASSARINHO, Paulo (Org.). **Os Anos Lula**: Contribuições para um Balanço Crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

POCHMANN, Marcio. **Nova Classe Média?**: O Trabalho na Base da Pirâmide Social Brasileira. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

SHIKIDA, Claudio Djissey. “It’s the Economy, companheiro!”: an empirical analysis of Lula’s re-election based on municipal data. **EconomicsBulletin**. v. 29, n. 02, p. 977-992, 2009. Disponível em:

<[http://academia.edu/182337/It\\_is\\_the\\_economy\\_companheiro\\_an\\_empirical\\_analysis\\_of\\_Lulas\\_re-election\\_based\\_on\\_municipal\\_data](http://academia.edu/182337/It_is_the_economy_companheiro_an_empirical_analysis_of_Lulas_re-election_based_on_municipal_data)>. Acesso em: 01 abr. 2013.

SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo**: Reforma Gradual e Pacto Conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Tratado de Methuen**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.